

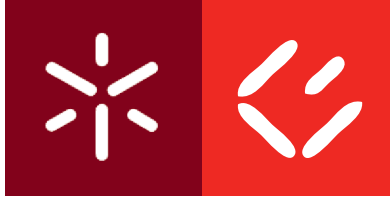


**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

Ana Rita Ferreira Vaz

**Os Fundos Comunitários no Financiamento do Terceiro Sector em contexto de crise económica: estudo de caso**





**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

Ana Rita Ferreira Vaz

**Os Fundos Comunitários no Financiamento  
do Terceiro Sector em contexto de crise  
económica: estudo de caso**

Relatório de Estágio  
Mestrado em Economia Monetária Bancária e Financeira

Trabalho efetuado sob a orientação da  
**Professora Doutora Isabel Correia**

## DECLARAÇÃO

**Nome:** Ana Rita Ferreira Vaz

**Endereço eletrónico:** anarf\_vaz@hotmail.com

**Telefone:** 919 340 310

**Cartão do Cidadão:** 14041046

**Título da dissertação:** Os Fundos Comunitários no Financiamento do Terceiro Sector em contexto de crise económica: estudo de caso

**Orientadora:** Professor Doutora Isabel Correia

**Ano de conclusão:** 2017

Mestrado em Economia Monetária Bancária e Financeira

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Assinatura:

## AGRADECIMENTOS

Antes de mais quero dedicar este espaço às pessoas mais importantes do mundo para mim: aos meus pais. Pela educação que me deram e pelo investimento que fizeram, eles são sem dúvida os grandes responsáveis por este percurso académico que agora está a chegar ao fim e do qual me orgulho profundamente. Amo-vos!

Obviamente que nestes agradecimentos, teria que fazer uma referência a uma das minhas fontes de inspiração e também uma das pessoas que muito orgulho tenho: ao meu irmão, uma das pessoas mais especiais que eu conheço, a pessoa mais inteligente, proativa e dinâmica do mundo.

Além destas três pessoas imensamente especiais, para mim existe uma quarta pessoa que nunca me deixou desanimar e que esteve sempre presente em todos os momentos bons e menos bons ao longo da redação deste relatório de estágio de mestrado. Quando as dúvidas me assaltavam e o desânimo se instalava, era a ti que recorria e se não fosses tu, não sei se teria conseguido atingir este objetivo. Muito obrigado por seres quem és Tiago!

Quero também agradecer aos meus fantásticos amigos que também involuntariamente estiveram sempre lá quando eu mais precisei e vocês sabem que eu considero-me uma privilegiada por ter tão bons amigos quanto vocês. Obrigado a todos vós pelos momentos inesquecíveis que me proporcionam e por fazerem parte da minha vida.

À ValeConsultores, instituição que colaborou comigo nesta investigação, obrigado pela disponibilidade e interesse que sempre demonstrou, por ter contribuído de forma decisiva para que este meu projeto pessoal fosse concretizado.

Igualmente a todos os professores que contribuíram para o meu crescimento intelectual e pessoal.

Por fim, um último agradecimento, dirigido à minha orientadora, Dr<sup>a</sup> Isabel Correia, que se revelou uma orientadora sempre atenta, necessariamente exigente, mas que sempre acreditou neste meu projeto e a que este ganhasse forma.



# Os Fundos Comunitários no Financiamento do Terceiro Sector em contexto de crise económica: estudo de caso

## RESUMO

Sendo o Terceiro Sector constituído por instituições de carácter social, que produzem bens e serviços com o intuito principal de melhorar a qualidade de vida dos mais necessitados, as suas formas de financiamento e sustentabilidade torna-se um problema relevante, nomeadamente num contexto de crise económica e financeira.

Neste Relatório de Estágio, exploramos as potencialidades e dificuldades no acesso aos fundos europeus como uma fonte de financiamento das instituições de carácter social, usando como caso de estudo a candidatura apresentada pela Santa Casa da Misericórdia de Guimarães ao Programa Operacional Regional do Norte - Património Cultural Norte.

Assim, a presente monografia discute, de uma forma exploratória, as fontes de financiamento usadas pelas instituições do terceiro setor e a importância que os fundos comunitários podem ter no financiamento destas organizações sociais, num contexto de crise.

Palavras-Chave: Terceiro Setor, Financiamento, Fundos comunitários, Crise.





# The Community Funds for Third Sector Financing in the context of economic crisis: a case study

## ABSTRACT

Being the Third Sector constituted by social institutions that produce goods and services with the main purpose of improving the quality of life of the neediest, its forms of financing and sustainability becomes a relevant problem, especially in a context of economic crisis and financial.

In this internship report, we explore the potentialities and difficulties in accessing European funds as a source of funding for social institutions, using as a case study the application presented by the Santa Casa da Misericórdia de Guimarães to the North Regional Operational Program - Cultural Patrimony North.

Thus, this monograph discusses, in an exploratory way, the sources of financing used by third sector institutions and the importance that Community funds can have in financing these social organizations in a context of crisis.

Keywords: Third Sector, Financing, Community funds, Crisis.



# ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS .....	3
RESUMO .....	5
ABSTRACT .....	7
ÍNDICE DE FIGURAS .....	11
ÍNDICE DE TABELAS.....	13
1. INTRODUÇÃO .....	15
1.1. Enquadramento e relevância do estudo .....	15
1.2. Objetivos do relatório e questões de investigação .....	16
1.3. Estrutura do relatório de estágio .....	17
2. O ESTÁGIO: APRESENTAÇÃO DA ENTIDADE DE ACOLHIMENTO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	19
2.1. Apresentação da entidade de acolhimento.....	19
2.2. Objetivos do Estágio e descrição das atividades desenvolvidas durante o estágio .....	20
3. PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	23
3.1. Introdução .....	23
3.2. Conceito de Terceiro Sector.....	23
3.3. Crise Económica e Financeira.....	28
3.4. O Terceiro Sector num contexto de crise económica.....	31
3.5. O financiamento do Terceiro Sector .....	33
3.6. O recurso a Financiamento bancário por parte das organizações do Terceiro Sector .....	40
3.7. Importância do relato financeiro nas entidades do Terceiro Setor.....	41
3.8. Os Fundos Europeus.....	47
3.8.1. Evolução.....	47
3.8.2. O programa Portugal 2020.....	51
3.8.3. Dificuldades no acesso aos fundos comunitários .....	53
4. PARTE II – METODOLOGIA.....	55
4.1. Introdução .....	55
4.2. Estudo de caso.....	55
4.3. Seleção do caso a estudar.....	56
4.4. Fontes de informação .....	56

5.	ESTUDO DE CASO: SANTA CASA MISERICÓRDIA DE GUIMARÃES.....	61
5.1.	Introdução .....	61
5.2.	Apresentação da Instituição em estudo .....	61
5.3.	Situação económica e financeira da organização: análise económica financeira.....	62
5.4.	Projeto Património Cultural Norte.....	72
5.5.	A candidatura.....	74
5.6.	Procedimentos da candidatura: processo, indicadores de resultados, formalização, metodologia de avaliação e dificuldades enfrentadas .....	78
5.7.	Plano financeiro das despesas elegíveis.....	80
6.	SÍNTESE DOS RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	83
	CONCLUSÃO.....	89
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93
	ANEXOS .....	97

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Desafios das organizações do Terceiro Sector.....	31
Figura 2- Recursos da Economia Social (2013) .....	34
Figura 3 - Formas de financiamento no Terceiro Sector .....	36
Figura 4 - Fases dos Fundos Comunitários em Portugal .....	48
Figura 5 - Eixos Prioritários do QCA I.....	48
Figura 6 - Repartição por setores dos Fundos do QCA III .....	49
Figura 7 - Foco por áreas temáticas do Portugal 2020.....	52
Figura 8 - Situação financeira da SCM de Guimarães, em Euros.....	83



## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Sectores Sociopolíticos .....	24
Tabela 2- Tipos de organizações pertencentes ao Terceiro Sector em número e percentagem em Portugal em 2015 .....	26
Tabela 3 - Principais indicadores por atividade em 2013 .....	27
Tabela 4 - Importância económica do Terceiro Sector.....	28
Tabela 5- Indicadores de equilíbrio Financeiro .....	43
Tabela 6- Indicadores de liquidez .....	43
Tabela 7- Indicadores financeiros .....	44
Tabela 8- Indicadores de rentabilidade .....	45
Tabela 9- Indicadores de Risco económico ou operacional .....	46
Tabela 10 - Síntese dos indicadores .....	47
Tabela 11 - Objetivos dos Fundos Europeus .....	51
Tabela 12 - Objetivos gerais e temáticos do quadro estratégico Portugal 2020.....	52
Tabela 13 - Fontes de informação para realizar um estudo de caso e correspondentes vantagens e desvantagens .....	57
Tabela 14 - Classificação económica da SCM de Guimarães.....	63
Tabela 15 - Balanço Patrimonial da SCM de Guimarães .....	64
Tabela 16 - Balanço Funcional da SCM de Guimarães.....	64
Tabela 17 - Indicadores de liquidez da SCM de Guimarães.....	66
Tabela 18 - Rácios de equilíbrio Financeiro da SCM de Guimarães .....	67
Tabela 19 - Indicadores de rentabilidade da SCM de Guimarães.....	67
Tabela 20 - Indicadores de risco da SCM de Guimarães .....	68
Tabela 21 - Receitas Próprias (em Euros).....	69
Tabela 22 - Subsídios para investimento (em Euros).....	69
Tabela 23 - Subsídios à exploração (em Euros) .....	70
Tabela 24 - Outros Rendimentos e ganhos (em Euros) .....	70
Tabela 25 - Fluxos de caixa das atividades de financiamento (em Euros) .....	71
Tabela 26 - Resultado líquido da SCM de Guimarães (em Euros) .....	72
Tabela 27 - Enquadramento e caracterização geral do Programa.....	75
Tabela 28 - Caraterização do financiamento .....	77
Tabela 29 - Indicadores de resultado e de realização a alcançar .....	78
Tabela 30 - Metodologia de Cálculo usada no processo de decisão.....	79
Tabela 31 - Orçamento Global da operação (Investimento por componente e em Euros) .....	81
Tabela 32 - Cálculo do investimento por ano e por fonte de financiamento (em Euros).....	82
Tabela 33 - Sinopse do projeto estudado.....	85





# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. Enquadramento e relevância do estudo

Este Relatório é o produto de um estágio curricular realizado no âmbito do Mestrado em Economia Monetária, Bancária e Financeira, da Universidade do Minho. O estágio curricular desenvolveu-se na empresa ValeConsultores Unipessoal, Lda e teve a duração de seis meses, tendo decorrido entre Setembro/2016 e Março/2017.

O interesse pessoal pelo tema, conjugado com o facto de esta empresa de consultoria prestar serviços essencialmente a empresas do Terceiro Setor, serviu de motivação para o desenvolvimento do objeto em estudo.

O problema organizacional proposto para a realização do estágio consistia em elaborar uma candidatura ao programa Portugal 2020, com o objetivo de obter financiamento para um projeto de uma empresa do Terceiro Setor. Tendo por base essa experiência, este relatório pretende analisar as diferentes vertentes dos incentivos comunitários e o seu contributo na dinamização das empresas do Terceiro Sector.

Este estudo, focado na relevância dos Fundos Europeu no financiamento do Terceiro Setor pareceu-nos relevante, particularmente num de crise económica, dado o peso crescente destas instituições na sociedade e tendo em conta as dificuldades graduais de obtenção de recursos financeiros para a realização do seu objeto social.

Ao longo dos anos, é possível verificar que a sociedade sofre graves problemas de carácter social, económico e de sustentabilidade. Perante as dificuldades do Estado em dar respostas sociais adequadas aos problemas do desemprego, do envelhecimento, da deficiência, entre outros, o sector privado começou a ajudar nas questões sociais através das inúmeras instituições que compõem o Terceiro Sector.

As organizações de sociedade civil, particularmente as organizações sem fins lucrativos, as empresas sociais, o voluntariado, as comunidades e organizações de caridade, desempenham um papel fundamental na prestação de serviços, nomeadamente a nível da saúde, da educação e do serviço social, na maioria dos países em desenvolvimento.

Tendo em consideração a relevância destas organizações da sociedade civil, torna-se importante perceber como são financiadas. Usualmente, o financiamento público e os apoios filantrópicos são as formas gerais de obtenção de receitas para estas organizações.

No entanto, a grave crise económica e financeira que tem assolado Portugal desde 2007 criou dificuldades ao próprio Estado, forçado a reduzir a despesa. As restrições impostas ao défice e à dívida pública devidas aos compromissos estabelecidos no Tratado Orçamental da EU tiveram um impacto significativo sobre o Terceiro Sector, materializado, acima de tudo, na imposição de requisitos elevados e mais rigorosos para a prestação de contas. Deste modo, registou-se uma série de alterações na forma e nas fontes de financiamento do Terceiro Sector, sobretudo nesta última década.

Paralelamente, em contexto de crise económica, regista-se uma redução dos meios e dos incentivos para as empresas e os particulares contribuírem ativamente para a filantropia.

Ao longo do estágio, foi possível perceber o impacto que os fundos europeus e outros apoios têm na atividade das organizações do Terceiro Sector, possibilitando a concretização e a dinamização de inúmeros projetos importantes. Por outro lado, também fui concluindo que todo o processo de pré e pós candidatura aos fundos europeus é extremamente burocrático. Deste modo, logo detetei uma área com interesse de estudo e com potencial de ser alvo de reflexão sistematizada – o caso dos fundos comunitários e das instituições sociais.

Abordar estas questões de investigação pareceu-nos pertinente e relevante, considerando a importância destas instituições na satisfação de necessidades que não são suficientemente (ou de todo) satisfeitas pelo mercado nem pelo Estado.

## **1.2. Objetivos do relatório e questões de investigação**

Deste enquadramento emergem as nossas questões de investigação:

- (1) Quais as fontes de financiamento existentes para o Terceiro Setor? A estrutura de financiamento das instituições alterou-se em consequência da crise económica e financeira?
- (2) Quais os procedimentos a cumprir e as dificuldades enfrentadas pelas organizações do Terceiro Setor na obtenção de financiamento europeu?

### **1.3. Estrutura do relatório de estágio**

No sentido do cumprimento dos objetivos a que nos propusemos, desenvolvemos o trabalho em seis capítulos distintos.

Após a parte introdutória, desenvolve-se o segundo capítulo, onde se descreve a entidade acolhedora do estágio curricular, as funções desempenhadas, e ainda os objetivos e atividades desenvolvidas durante o estágio.

No terceiro capítulo, apresentamos um enquadramento teórico. Este capítulo foi dividido em oito pontos gerais, onde foram analisados alguns aspetos teóricos relacionados com a temática em estudo, centrados no conceito de Terceiro Sector e nas questões relacionadas com o seu financiamento. Analisamos a literatura que versa o contributo dos Fundos europeus para o financiamento do Terceiro Sector e exploramos a importância de realizar um estudo de análise económica e financeira nas organizações do Terceiro Sector.

No quarto Capítulo, apresentamos a metodologia utilizada na pesquisa.

O capítulo V apresenta a análise da candidatura da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães aos fundos europeus e apoios do Sector público.

Para finalizar, no capítulo VI apresentamos uma conclusão final subjacente à revisão da literatura e ao estudo empírico realizado.



## **2. O ESTÁGIO: APRESENTAÇÃO DA ENTIDADE DE ACOLHIMENTO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

### **2.1. Apresentação da entidade de acolhimento**

A ValeConsultores Unipessoal Lda. pode ser caracterizada como uma empresa familiar de pequena dimensão, que opera no setor da consultoria – CAE 70220 - Outras atividades de consultoria para os negócios e a gestão. Do seu objetivo e missão consta o intuito de oferecer aos seus clientes serviços com mais eficiência e qualidade, respondendo na íntegra às suas necessidades, possuindo várias parcerias com outras empresas.

A ValeConsultores é uma empresa que iniciou a sua atividade com o objetivo geral de ajudar a melhorar e a desenvolver a área social. Esse objetivo passava por apoiar Instituições, Autarquias e Empresas Públicas e Privadas a desenvolverem estratégias que produzissem impactos significativos no funcionamento das suas estruturas e na prestação dos seus serviços aos seus clientes/utentes

No entanto, durante o exercício da sua atividade, foram surgindo novos projetos e novas oportunidades de negócio que resultaram no crescimento das áreas de intervenção. Deste modo, atualmente, a ValeConsultores oferece aos Clientes um conjunto de serviços como: Consultoria de Gestão, Consultoria Financeira, Candidaturas a Fundos Comunitários e a realização de estudos e projetos de viabilidade económica, financeira e estrutural. Para isso, a empresa conta com uma equipa constituída por consultores com competências e experiência nas áreas de intervenção necessárias, de forma a assegurar a qualidade e a excelência que cada projeto necessita

Através da disponibilização de soluções de acordo com as necessidades e preferências dos clientes, a ValeConsultores aposta na satisfação dos seus clientes, e a fim de atingir os objetivos, o sócio gerente, pretende sempre elevar a empresa a uma posição de destaque no mercado de consultoria, através do desenvolvimento dos seus recursos humanos, dos seus negócios e do aproveitamento seletivo de oportunidades em novos mercados.

No geral, a ValeConsultores procura estabelecer uma parceria de confiança com os clientes e, através dos seus serviços, ajuda-os a prosperar de uma forma sustentável, desenvolvendo projetos com excelência, profissionalismo e transparência.

## **2.2. Objetivos do Estágio e descrição das atividades desenvolvidas durante o estágio**

Nesta secção do relatório, apresenta-se uma descrição generalizada das atividades desenvolvidas durante o estágio e dos principais objetivos do estágio curricular.

Ao longo do estágio foram várias as tarefas desenvolvidas no seio da atividade da empresa ValeConsultores. No geral, o estágio teve um carácter profissionalizante, na medida em que me foi dada a possibilidade de participar ativamente nas tarefas diárias do departamento financeiro e de me envolver nos projetos desenvolvidos com alguma autonomia, muito embora sempre com o apoio e supervisão necessários.

O estágio desenrolou-se essencialmente na área da elaboração e gestão de projetos de investimento e no apoio ao empreendedorismo, com um enfoque especial nas candidaturas a sistemas de incentivos no âmbito do Programa Portugal 2020, tendo ficado responsável por apoiar e acompanhar a gestão dos fundos europeus aplicados em organizações do Terceiro Sector.

Nesse âmbito, desenvolvi algumas tarefas ao nível da identificação das diferentes tipologias de sistemas de incentivos e reconhecimento das tipologias em que se enquadravam os projetos apresentados à empresa.

Deste modo, algumas das atividades desempenhadas com o meu contributo consistiram na elaboração de diagnósticos estratégicos, estudos de viabilidade económica, financeira, funcional, e cálculo da valia económica de projetos. Para que todos estes projetos fossem elaborados dentro dos trâmites exigidos pelas entidades responsáveis, foi da minha responsabilidade a análise da legislação aplicável aos diferentes sistemas de incentivo. Essa análise é, de uma forma geral, uma das tarefas mais importantes quando se está perante projetos apoiados pelos fundos europeus, visto que uma boa perceção da respetiva legislação é um passo importantíssimo para o sucesso da candidatura.

Durante a preparação dos processos das candidaturas, procedemos ainda à elaboração de estudos de viabilidade económica e financeira e à análise do cálculo da valia económica dos projetos, com o objetivo de aferir da pertinência da candidatura dos projetos aos diferentes apoios.

Além de tudo isto, desenvolvi algumas tarefas de igual importância no desenrolar do estágio, como a análise do contrato de concessão de incentivos, e análise das notificações de

decisão/reclamação. Preparei ainda as folhas de cálculo finais de acompanhamento dos projetos, em termos de calendarização, metas e objetivos estipulados aquando da candidatura; alteração e ajustamentos ao investimento e a respetiva calendarização e análise das decisões dos pedidos de pagamento. A par de todas estas tarefas, foi da minha responsabilidade a organização da documentação de suporte à elaboração do contrato; organização, preparação e submissão dos pedidos de pagamento em curso; organização dos *dossiers* dos projetos a terminar; encerramento do investimento e do projeto; contacto com alguns organismos gestores no âmbito do processo de análise, decisão e comunicação, e ainda acompanhamento de auditorias do organismo gestor.

A par desta atividade de exploração do meu objeto de estudo, também fui desenvolvendo atividades de apoio às tarefas do núcleo onde estava inserida.

Através do estágio, foi-me possível ter um conhecimento mais aprofundado da forma como uma entidade sem fins lucrativos é gerida, percebendo o carácter primordial dos fundos providos do Estado, da União Europeia e de todas as parcerias institucionais estabelecidas, sem os quais a sua atividade se tornaria quase impraticável.

Relativamente a este Relatório, o seu principal objetivo é descrever e analisar criticamente os procedimentos de candidatura aos fundos europeus para o financiamento das organizações do Terceiro Sector.

Em paralelo a este objetivo principal surgem outros objetivos secundários:

- (1) identificar as principais fontes de financiamento das empresas do Terceiro Setor;
- (2) verificar se a estrutura de financiamento das instituições alterou-se em consequência da crise económica e financeira;
- (3) conhecer as potencialidades dos fundos europeus como alternativa de financiamento das organizações do Terceiro Setor;
- (4) descrever os procedimentos de candidatura (e de avaliação do respetivo mérito) no quadro do atual programa Portugal 2020;
- (5) conhecer as dificuldades enfrentadas pelas organizações na obtenção de financiamento europeu.





## **3. PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

### **3.1. Introdução**

No presente capítulo revemos a literatura relacionada com a temática do financiamento do Terceiro Sector em contexto de crise económica.

Começamos com um enquadramento da recente crise económica e financeira experimentada em Portugal, na sequência da crise financeira iniciada nos EUA em 2007 e que rapidamente se estendeu à Europa e a Portugal, em particular.

De seguida centramos a análise no conceito de Terceiro Setor e na problemática relacionada com o seu financiamento.

Numa fase final abordamos a importância de se realizar uma análise económica e financeira neste tipo de estudos, e apresentamos alguns indicadores que normalmente são usados para avaliar a sua viabilidade económica e financeira.

Para concluir introduzimos a temática dos fundos europeus, de forma a perceber de que modo estes têm vindo a influenciar o Sector Social e a economia portuguesa em geral.

### **3.2. Conceito de Terceiro Sector**

De acordo com (Magnus, 2007), a economia é constituída por três Sectores. O primeiro Sector é o Público (Estado), o segundo Sector é Privado (Mercado) e o Terceiro Sector (TS) é o Social.

O TS, normalmente visa corrigir as falhas do Estado, tendo por isso um papel fundamental na sociedade. No geral, este Sector é mantido com iniciativas privadas e do Governo e tem como objetivo principal melhorar a qualidade de vida dos mais necessitados (Silva C. E., 2010).

A tabela 1 apresenta os subsectores incluídos dentro de cada uma destes setores, de acordo com (Magnus, 2007).

**Tabela 1 - Sectores Sociopolíticos**

<b>1º Sector</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Estado</li><li>• Entidades públicas</li><li>• Órgãos públicos</li></ul>
<b>2ºSector</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Mercado</li><li>• Empresas</li><li>• Sociedades detentoras de capital e com fins lucrativos</li></ul>
<b>3ºSector</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Economia social</li><li>• Associações/Fundações</li><li>• Empresas sem fins lucrativos e com interesse coletivo de grupos sociais</li></ul>

*Fonte:* Elaboração própria

O TS, de acordo com (Teixeira, 2014) faz parte da chamada Economia Social, que é constituída por um conjunto de Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL) e por Organizações Não-governamentais (ONG).

Como a sociedade tem vindo a sofrer fortes transformações, sobretudo ao nível do seu crescimento em busca por melhores condições sociais, criaram-se instituições e grupos de pessoas que se unem com o intuito de realizar ações sociais a pensar na comunidade e destinadas a superar necessidades coletivas. As pessoas que tomam essa iniciativa podem criar organizações que, de um modo geral, se integram no Terceiro Sector. Deste modo, o surgimento do Terceiro Sector tem ganho um maior destaque e o seu crescimento tem sido mais acentuado sobretudo desde a 2ªGuerra Mundial (Teixeira, 2014).

Deste modo pode-se dizer que o Terceiro Setor corresponde ao conjunto de todas as associações e fundações que geram bens e serviços públicos. Normalmente, corresponde a uma junção do sector público com o sector privado, ou seja, receita privada para gerir e atingir fins públicos. Para (Paes, 2006),o Terceiro Sector é definido como uma conjunção do público com o privado, no entanto não é pertencente a nenhum deles na totalidade. Acima de tudo, o autor diz que existe uma relação simbólica entre ambos os sectores, na medida em que deriva da sua própria identidade a conjunção entre metodologia da área privada com as finalidades da área pública.

O TS está associado a várias designações, tais como: sector não lucrativo ou sector sem fins lucrativos; economia social e economia solidária; organizações não – governamentais – ONGs e Organizações da sociedade civil. Devido à vasta terminologia relacionada e associada a este campo faz com que seja difícil de definir o Terceiro Sector (Franco, Sokolowski, Hairel, & Salamon, 2005).

O objetivo genérico deste Sector é promover e difundir a solidariedade social. Usualmente, as organizações que constituem o Terceiro Setor são fundadas pela participação voluntária, realizando práticas de caridade, filantropia, proteção à natureza e diversos labores com o intento de alcançar objetivos sociais e públicos. Há que tomar em atenção que este nicho do Sector social, não pode ser considerado um substituto integral das funções do Estado, mas sim que é apenas um complemento e um auxílio na obtenção e resolução de dificuldades de carácter social. É uma alternativa eficiente e democrática e toda essa parceria com a sociedade permite a ampliação e mobilização de recursos, para iniciativas de interesse público. Neste sentido (Teixeira, 2014) faz referência à “tripla função” do Terceiro Sector: (1) promover a coesão social; (2) promover a coesão económica; e (3) promover a cultura de participação cívica.

Além disso, o autor, tal como (Barros, 2015) considera que, apesar da multiplicidade de notações usadas neste sector, existem características gerais e comuns, tais como serem organizadas, privadas, não distribuidoras de lucro, autogovernadas e voluntárias. Os autores justificam essas particularidades da seguinte forma:

- (1) Formais: devem ser formais e organizadas, pois alguma forma de institucionalização, legal ou não, com certo nível de formalização de regras e procedimentos, para assegurar a permanência por um período de tempo e para que possam beneficiar de isenções;
- (2) Privadas: no sentido em que distinguem institucionalmente do Estado;
- (3) Não distribuidoras de lucro: o lucro gerado é aplicado nas atividades que a entidade desenvolve. As entidades não podem distribuir quaisquer excedentes, gerados de qualquer forma, aos seus dirigentes e colaboradores;
- (4) Autogovernadas: Não são controladas externamente, possuindo todos os meios para realizar sua própria gestão;
- (5) Voluntárias: grau significativo do trabalho das organizações provém da mão-de-obra voluntária não remunerada.

No que diz respeito às formas legais que constituem as entidades do Terceiro Sector, (Namorado, 2007) e (Dias S. D., 2015) mencionam as associações, as misericórdias, as fundações, as sociedades, cooperativas e as Instituições Particulares de Solidariedade social (IPSS), como exemplos de organizações que o compõem.

A tabela 2 apresenta as organizações pertencentes ao TS existentes em Portugal em 2015, de acordo com (Barros, 2015) e a Conta Satélite da Economia Social.

**Tabela 2- Tipos de organizações pertencentes ao Terceiro Sector em número e percentagem em Portugal em 2015**

Organizações	Unidades (Nº)	%
Cooperativas	2260	4.1%
Mutualidades	119	0.2%
Misericórdias	381	0.7%
Fundações	537	1.0%
Associações	52086	94%
<b>Total das organizações</b>	<b>55383</b>	<b>-</b>

*Fonte:* Elaboração Própria

Em Portugal, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a Economia Social, em 2013, representou 2,8% do VAB, 5,2% do emprego total e 6,0% do emprego remunerado.

Através destes dados constata-se que a Economia Social tem um peso relevante na economia em Portugal. Além disso, o Terceiro Sector é uma das repartições que mais tem contribuído para a criação de emprego na Europa “e para a adoção de políticas macroeconómicas que incluam medidas ativas de mercado de trabalho e um compromisso a longo prazo de inovação de recursos humanos” (Sobreiro V. L., 2011).

Dados revelam ainda que, em 2013 este setor integrava cerca de 61 mil organizações, que se distribuíam por um conjunto diversificado de atividades, entre as quais se destacavam os serviços de ação e segurança social (como se verifica na tabela 3), com um peso relativo no VAB da Economia Social de 44.7% (CASES , 2016).

Tabela 3 - Principais indicadores por atividade em 2013

Classificação das Atividades das Entidades da Economia Social (CAEES)	Grupos de entidades da Economia Social						
	Total	Cooperativas	Associações Mutualistas	Misericórdias	Fundações	Associações com Fins Altruísticos	Subsetores Comunitário e Autogestionário
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Agricultura, Silvicultura e Pescas	435	200	0	0	0	17	218
Atividades de Transformação	356	353	0	0	1	0	2
Comércio, Consumo e Serviços	805	568	0	0	2	235	0
Desenvolvimento, Habitação e Ambiente	2 925	314	0	0	0	2 002	609
Atividades Financeiras	130	95	20	1	0	14	0
Ensino e Investigação	2 492	127	0	0	64	2 300	1
Saúde e Bem-Estar	912	21	4	11	14	862	0
Ação e Segurança social	9 539	142	86	365	366	8 578	2
Cultura, Desporto e Recreio	31 079	279	0	0	106	30 690	4
Cultos e Congregações	8 386	0	0	12	23	8 351	0
Organizações Profissionais, sindicais e Políticas	2 944	17	1	0	0	2 903	23
Não especificadas	1 265	1	0	0	2	1 244	18
<b>Total da Economia Social</b>	<b>61 268</b>	<b>2 117</b>	<b>111</b>	<b>389</b>	<b>578</b>	<b>57 196</b>	<b>877</b>

Fonte: (CASES , 2016)

O mesmo estudo revela que, em 2013, existiam cerca de 55 mil unidades da Conta Satélite da Economia Social- CSES das quais mais de cinco mil as organizações com o estatuto de IPSS, sendo a forma jurídica da maioria a de associação sem fim lucrativo (84,3%), seguindo-se as Misericórdias (6,8%), as Fundações (4.2%), as Mutualidades (2,4%) e as Cooperativas (2,3%) (CASES , 2016).

A importância económica do Terceiro Sector manifesta-se em vários domínios. De acordo com (Quintão, 2004) este sector acrescenta valor em domínios tais como o económico, o emprego, a exclusão social e o desenvolvimento local (tabela 4).

**Tabela 4 - Importância económica do Terceiro Sector**

<b>Domínios</b>	<b>Efeitos</b>
<b>Económico</b>	<p>Produz bens e serviços em inúmeras áreas de atividade económica: serviços sociais, saúde, ambiente, cultura, educação, desporto, inserção social profissional de públicos desfavorecidos, serviços de proximidade.</p> <p>Criação e dinamização de novas áreas de atividade, novos produtos, novos mercados, em resposta a necessidades sociais não satisfeitas pelos sectores públicos ou privado lucrativo.</p>
<b>Emprego e luta contra o emprego</b>	<p>Sector que cria constantemente novos postos de trabalho - a Comissão Europeia estima que o Terceiro sistema reúna aproximadamente 9 milhões de empregos.</p>
<b>Exclusão social</b>	<p>Em reação ao agravamento de problemas de pobreza e exclusão social foram criadas novas respostas à satisfação das necessidades sociais, mas também novas soluções institucionais que corporizam formas de organização económica mais plurais, democráticas e participativas.</p>
<b>Desenvolvimento local</b>	<p>Verifica-se um aumento do desenvolvimento local, através das organizações cujo objetivo de atividade é o próprio desenvolvimento, ou seja, sua ação e atuação permite convergir para este sentido: a criação de resposta às situações, públicas e regiões mais deficitárias; a criação de emprego, o estímulo à participação.</p>

*Fonte:* Elaboração própria

De acordo com (Jacques, Lucas, Quintana, & Machado, 2014), com o decorrer do tempo, é possível verificar que o TS ocupa um essencial espaço na sociedade. Atualmente, este setor apresenta-se talvez em pé de igualdade ou até se sobrepõe a muitas políticas públicas instituídas como obrigatórias para atender a determinadas necessidades enfrentadas.

Dados ainda do relatório (CASES , 2016) evidenciam que “em 2010, o setor da Economia Social registou uma necessidade líquida de financiamento de 570,7 milhões de euros. Contudo, as Cooperativas (fundamentalmente devido às que se integram na área financeira), as Mutualidades e Fundações da Economia Social apresentaram capacidade líquida de financiamento”.

### **3.3. Crise Económica e Financeira**

Com o desenrolar da história do capitalismo pode-se indicar dois grandes marcos históricos de crises económicas e financeiras. A primeira crise desencadeou-se em 1929 quando ocorreu a queda da bolsa de Valores de Nova Iorque. Esta significativa queda ficou conhecida como a Grande Depressão, e segundo (Neto, 2010) surgiu daí o colapso económico que abalou a economia norte

americana e grande parte do mundo ocidental no final da década de 1920 e ao longo da década de 1930. O autor indica que esta crise foi causada por práticas especulativas - elevação dos preços de ações e de imóveis - o que atraiu compradores e aumentou ainda mais os preços e as expectativas otimistas, até culminar na crise de 1929.

O segundo marco histórico referente a crises económicas e financeiras corresponde à recente crise iniciada em finais de 2007 nos EUA. Segundo (Matijascic, Acioly, Chernavsky, Piñon, & Leão, 2009), (Pereira L. C., 2010), (Oreiro & Económico, 2011), entre outros, esta recente crise económica internacional manifestou-se inicialmente na esfera financeira. De acordo com (Pereira L. C., 2010), este marco histórico, já é considerado um dos maiores problemas económicos da história do capitalismo, foi provocado essencialmente por falhas na regulação dos mercados financeiros e pela sua especulação exagerada que essas falhas originaram. Todavia, de acordo com (Oreiro & Económico, 2011), a crise principiou-se nos EUA logo após a decadência da bolha imobiliária, originada pela concessão exagerada de crédito de alto risco e potenciada pelo uso de novos instrumentos financeiros.

Em pouco tempo, a crise financeira gerou uma crise a nível global, e o ponto de fulcral para esta propagação, segundo (Oreiro & Económico, 2011), corresponde à falência do banco de investimentos *Lehman Brothers*, logo após o menosprezar de ajuda financeira pedida ao FED- Federal Reserve. Num curto período de tempo, a crise financeira iniciada nos EUA propagou-se por todas as economias do mundo, numa reação em cadeia que expôs uma face degradada da globalização económica. As perspectivas e cenários macroeconómicos nos anos seguintes foram revertidas num curto e acelerado espaço de tempo. A crise nasceu no centro de um sistema financeiro complexo, inovador e sem regulação exigente. Seguiu-se a crise de liquidez que afetou a economia mundial: as economias desenvolvidas, as emergentes e as pobres, no geral em todo o Mundo.

Em resultado destes acontecimentos, (Silva F. A., 2011), argumenta que foi possível verificar uma acrescida diminuição a nível de confiança dos investidores, ficando deste modo os depositantes e títulos bancários mais difíceis de captar. Desta forma, as instituições financeiras enfrentaram graves dificuldades de financiamento, sendo forçadas a vender os seus ativos a preços demasiado baixos. Dado todo este “efeito dominó”, a desconfiança e os problemas de liquidez no mercado interbancário começaram a ser cada vez mais notórios, diminuindo de uma forma geral e drástica

a capacidade de obter financiamento por parte dos agregados familiares e das empresas, (Iyer, Peydró, da Rocha Lopes, & Schoar, 2014).

Em Portugal, segundo (Caldas, 2013) a crise financeira começou por se fazer sentir no início de 2008 com um forte aperto do crédito - redução da capacidade de acesso dos bancos aos mercados de capitais - e com a fratura do banco português de negócios (BPN). A nacionalização em Novembro de 2008 do BPN, e do banco privado português (BPP), seguido de falência em 2010, também foram considerados argumentos justificativos pelo autor para a crise sentida em Portugal.

Posto todo o panorama de crise no nosso país, em consequência da crise do *Subprime* e do contágio à dívida soberana da Zona Euro, as limitações de acesso ao mercado de financiamento internacional deterioraram-se de forma acentuada. Devido ao elevado nível de endividamento externo conjugado com a tendência para um fraco crescimento e níveis de défice relativamente altos, Portugal sofreu uma limitação no acesso ao mercado da dívida internacional, tendo o governo português sido forçado a um pedido de ajuda externa em meados de Abril de 2010, considerando imprescindível para evitar a bancarrota.

Assim, em Portugal, os anos de 2010 e 2011 ficaram extremamente marcados pela deterioração das condições de acesso ao mercado de financiamento, fruto da débil situação financeira portuguesa e pelo início do programa de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos da economia portuguesa. De acordo com (Dias & Abreu, 2012), a crise financeira patenteada levou a uma nova apreensão do risco de incumprimento quer das empresas públicas e privadas quer das famílias. A aversão ao risco e a falta de confiança ameaçava nos mercados financeiros de uma forma acentuada.

De acordo com alguns autores (Akbar, ur Rehman, & Ormrod, 2013), as políticas e métodos de financiamento das empresas estão de certo modo dependentes de variações na oferta de crédito por grande parte das instituições financeiras. A mesma perspetiva se aplica às organizações do Terceiro Setor.

A crise económica Mundial afetou, evidentemente, as condições de sustentabilidade das organizações do Terceiro Sector, e em períodos de crise, mais do que nunca, essas instituições integrantes na Economia Social, carecem de uma boa gestão e priorizar a sua sustentabilidade. Assim, a crise tornou-se um dos grandes desafios para o Terceiro Sector, tornando evidente a



necessidade de diversificação das suas fontes de financiamento, de modo a não ficarem vulneráveis em tempos de crise.

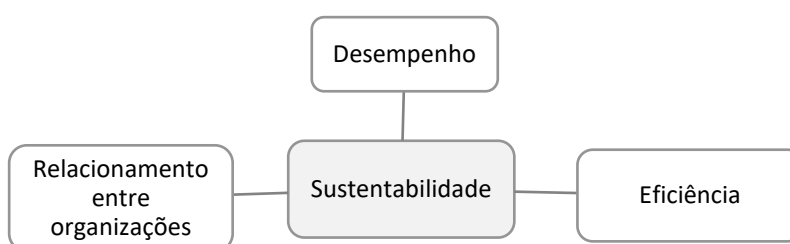
### 3.4. O Terceiro Sector num contexto de crise económica

Do ponto de vista de (Santos A. F., 2015), as organizações do Terceiro Setor como por exemplo as IPSS assumem um papel fundamental e relevante. O contexto de crise económica e financeira, potencia as dificuldades financeiras e a pobreza por parte das famílias, aumentando a importância do TS. De acordo com (Caramelo, 2013), com o agravamento de problemas e o surgimento de novos problemas sociais, torna-se notório um aumento da procura de apoio neste tipo de organizações.

(Santos A. F., 2015) acrescenta ainda que, pelo facto de o país se apresentar numa situação instável - desemprego crescente, desorientação dos jovens, aumento da pobreza, corrupção política e empresarial, incumprimento dos compromissos bancários, diminuição considerável do nível de vida e abandono dos idosos e dos familiares - aumenta a importância do TS, traduzido no aumento do número dessas entidades e no seu crescente peso que desempenham na economia.

(Amador, 2013) refere alguns desafios com os quais as organizações do TS se confrontam em situações menos favoráveis economicamente e socialmente e nos quais devem fundamentalmente focar as suas atenções (Figura 2).

**Figura 1 - Desafios das organizações do Terceiro Sector**



*Fonte:* Elaboração própria

Do ponto de vista do autor, estes desafios assentam, nomeadamente, no desafio geral da sustentabilidade, isto porque, geralmente é reconhecida pela sociedade quando são ou não potenciados resultados e evidenciados impactos das suas ações e atividades. O desempenho, a

eficiência e o relacionamento entre organizações fazem parte para uma boa sustentabilidade organizacional, isto porque á medida que aumenta a responsabilidade social, aumenta a exigência e desempenho das organizações. Um aumento nesta procura envolve também um aumento na eficiência dos seus serviços. Uma ação focada na missão social das organizações irá permitir que todos estes desafios, previamente enunciados, contribuem para o desenvolvimento de uma estratégia coerente e essencial para o seu desenvolvimento. Por fim, a colaboração entre as organizações com os mesmos objetivos sociais, gera bom relacionamento organizacional. Portanto, em conjunto estas características são vistas como fundamentais para potenciar a sustentabilidade nas entidades do Terceiro Sector.

O crescimento da procura específica por estas instituições leva a que ocorra inevitavelmente a um aumento do seu impacto económico e social. Consequentemente, existe a necessidade de obter mais recursos e de uma melhor gestão dos mesmos. No entanto, nos dias de hoje, os desafios para as organizações do TS são notórios, uma vez que a crise financeira provocou uma diminuição na sua capacidade de providenciar serviços e programas com valor acrescido na sociedade de elevada importância (Pereira T. R., 2013).

(Santos A. F., 2015) refere ainda que o TS enfrenta na atualidade múltiplos desafios quer de índole conjuntural quer estrutural, pois cada vez mais estes tipos de organizações têm que se adaptar a cenários onde os recursos são diminutos levando a que ponha em risco a sua sustentabilidade, viabilidade e subsistência.

Pelo facto deste setor ser dependente de subsídios e das participações dadas pela Segurança Social, os recursos tornam-se, portanto, mais escassos em situações de conjuntura económica débil. Neste contexto há a necessidade de pensar em formas alternativas de financiamento (Caramelo, 2013). Este autor salienta o problema da viabilidade financeira destas organizações, argumentando que, desde de 2005, o aumento das despesas tem sido sempre superior ao aumento dos recursos.

Apesar de existirem vários tipos de fontes de financiamento para o terceiro sector, de acordo com (Caramelo, 2013) os recursos públicos são muito importantes para o seu bom funcionamento. (Santos A. F., 2015) evidencia que a maior parte das IPSS 'S em Portugal convive com limites de sustentabilidade e a maior parte dessas mesmas organizações mantém as suas expectativas no reforço financeiro do Estado.

Partindo ainda do ponto de vista de (Caramelo, 2013) de que os recursos vindos do Estado são a principal fonte de receita para as organizações do TS, (Santos A. F., 2015) salienta a importância de diminuir a sua dependência dos apoios financeiros públicos. Apesar de considerar que os apoios públicos devem ter um papel importante na estrutura de financiamento das organizações sociais, defende que estes não podem continuar a ser encarados como fonte primária e, em muitos casos, quase exclusiva dos recursos financeiros, pois, a partir de uma base de apoios financeiros mais diversificada onde os recursos públicos sejam uma entre muitas outras fontes de financiamento, aumenta a sustentabilidade e viabilidade económica da organização a longo prazo. (Amador, 2013) acrescenta ainda que, para muitos, a crise é vista como uma oportunidade para a mudança, e o autor defende que o mesmo deveria acontecer nas organizações do TS pois, confrontadas com as dificuldades em angariar recursos económicos, torna-se imperioso o aparecimento de ideias e soluções inovadoras.

### **3.5. O financiamento do Terceiro Sector**

As organizações do Terceiro Sector segundo (Teixeira, 2014) enfrentam constantemente problemas de financiamento. A falta de recursos financeiros, cada vez mais, atua como um entrave que condiciona a atuação destas organizações e até mesmo a sua sobrevivência.

A forma como as organizações do TS são financiadas é substancialmente diferente da forma das empresas do setor lucrativo captam recursos. As empresas do setor lucrativo podem financiar-se de duas formas: através de dívida ou através do capital próprio. No caso do Terceiro Sector, o capital próprio, as doações de mecenas e particulares, os fundos europeus e a dívida junto de instituições bancárias são algumas das fontes de financiamento (Lucas, 2014).

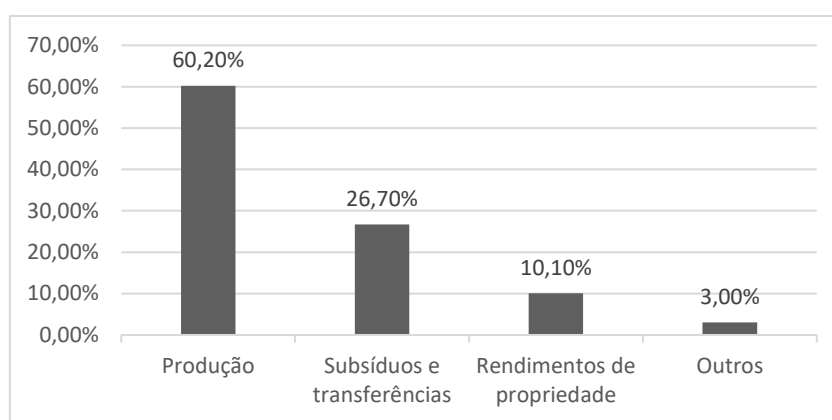
As fontes de rendimentos que estas organizações conseguem gerar de forma autónoma advêm, geralmente, de duas formas: (1) quotizações dos membros e (2) venda de produtos e/ou prestação de serviços (Guimarães, 2010).

Segundo (Teixeira, 2014), o setor de atividade com maior dimensão na obtenção de recursos é o de ação social, que é também o que apresenta o valor mais elevado de despesas.

Em relação aos fundos europeus, de acordo com (Teixeira, 2014) em 2009, a Comissão Europeia – (CE) financiou as organizações sem fins lucrativos – (OSFL) com mais de cerca de 1,4 mil milhões de euros.

Em Portugal, dados da conta Satélite da Economia Social (CASES , 2016) mostram que, em 2013, cerca de 61 mil organizações da economia social registavam uma necessidade líquida de financiamento. A mesma fonte revela que o total de recursos das entidades da economia social foi estimado em 13.896,7 milhões de euros, provenientes, principalmente, da produção e dos subsídios e transferências (Figura 2).

**Figura 2- Recursos da Economia Social (2013)**



*Fonte:* Elaboração própria

No entanto, a forma como as empresas de carácter social são financiadas difere significativamente entre organizações. Em alguns casos, as fontes de financiamento incluem o fornecimento e venda de bens e serviços, fundos públicos, mecanismos de financiamento privado, doações, trabalho voluntário, entre uma série de serviços provenientes várias fontes (Wuttunee, Chicilo, Rothoney, & Gray, 2008).

Os recursos financeiros são cruciais não só para organizações que visam o lucro, mas também para organizações sem fins lucrativos, uma vez que, apesar de o objetivo central não ser o lucro, elas necessitam dos recursos financeiros para crescerem, serem sustentáveis e acima de tudo criarem valor social para quem usufrui e necessita deste tipo de organizações (Teixeira, 2014).

(Guimarães, 2010) acrescenta que, nas últimas décadas, as atividades que envolvem a economia social e, mais concretamente, as organizações sociais, têm sofrido um forte desenvolvimento e um acentuado impulso, o que desenvolve um desafio essencial no que toca ao seu financiamento. De um modo geral, é criado um problema crítico na gestão das organizações pertencentes ao TS,

uma vez que não são suficientemente autónomas para gerar fundos tendo, portanto, que recorrer a diversas fontes internas e externas.

De um modo mais genérico, para financiar as suas atividades, as instituições do TS necessitam de capitais próprios e de capital de terceiros. Normalmente, estas organizações recebem diversos apoios financeiros diretos para o desenvolvimento de projetos de intervenção social, dispondo deste modo uma parte inferior de recursos para o apoio direto à própria capacitação e de mecanismos e processos que visem aumentar a sua rentabilidade e sustentabilidade financeira e organizacional.

Deste modo, o financiamento externo, neste sector, desempenha um papel vital para o seu desenvolvimento e sustentabilidade, uma vez que em fases iniciais da sua atividade, o seu contributo torna-se imprescindível (Karaphillis, Asimakos, & Moore, 2010).

(Guimarães, 2010), relativamente às fontes de recursos externos, refere que o Terceiro Setor tende a ser financiado por três tipos de fontes: (1) fundos públicos; (2) Transferência de recursos de empresas e (3) Donativos de pessoas singulares.

Contudo, pela natureza e forma como as empresas sociais estão organizadas, usualmente o contributo de capitais externos é limitado (Hebb, Wortsman, Mendell, Neamtan, & Rouzier, 2006). Particularmente, destaca-se o acesso limitado a fontes tradicionais de financiamento das empresas do setor lucrativo (Harding & Cowling, 2006) , tais como os empréstimos bancários.

No caso das Pequenas e médias empresas - PME's do setor lucrativo, o financiamento por dívida - financiamento com origem em instituições financeiras e em mercados financeiros - constitui a fonte de financiamento mais utilizada em Portugal. No caso da Europa, o financiamento das empresas está maioritariamente associado aos bancos, enquanto nos Estados Unidos da América as empresas recorrem mais ao financiamento através do mercado de capitais (Lucas, 2014). O autor acrescenta ainda que, quando as empresas do setor lucrativo se financiam junto das instituições financeiras, o financiamento advém sob a forma de contas correntes, mútuos, *leasings*, factoring e descontos de títulos. Este tipo de recursos, quando comparados com o recurso ao mercado de capitais, apresenta um conjunto de vantagens, tais como a rapidez, a flexibilidade e, por vezes, custos legais e administrativos baixos. No entanto, as flutuações existentes nas taxas de juro e do *spread* são fatores desvantajosos.

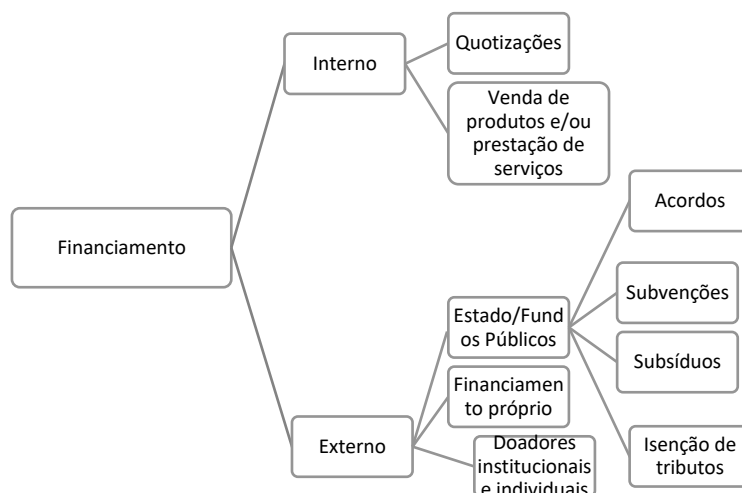
O financiamento de projetos do TS também pode surgir a partir de recursos disponíveis na forma de linha de crédito com juros. Este tipo de financiamento é oferecido através de agentes financeiros.

As instituições bancárias são vitais para o funcionamento da economia, pois fazem a intermediação entre os poupadores que dispõem de recursos financeiros, e os tomadores de empréstimos que precisam desses recursos para operacionalizar seus planos de expansão gerando empregos, aumentando a renda e solidificando sua presença no mercado, promovendo o crescimento económico do país, e em particular, no caso das organizações do TS, levando a cabo o seu objetivo social.

Contudo, os intermediários financeiros normalmente são muito reticentes em conceder créditos a empresas de carácter social, visto que o seu objetivo principal não é o lucro gerado. Além desse problema, o facto de as empresas sociais terem capacidade limitada no que diz a respeito a medir e relatar os resultados obtidos torna-se um outro obstáculo no acesso ao capital (Cheng, 2012), pois dá origem a problemas de assimetria de informação e risco moral. Por estes motivos, o recurso a financiamento comercial não parece ser a opção mais viável no que toca a atrair receitas.

Posto este problema, as principais formas de financiamento estão ilustradas na figura 3.

**Figura 3 - Formas de financiamento no Terceiro Sector**



*Fonte:* Adaptado de (Teixeira, 2014) e de (Guimarães, 2010)

Em resumo, os recursos externos das organizações do TS provêm, essencialmente, de três fontes (Figura 3):

- (1) Estado, através da obtenção de fundos públicos governamentais, tais como convênios, concursos públicos e parcerias;
- (2) Financiamento próprio, como o caso das receitas obtidas através de por exemplo realização de eventos de cariz social;
- (3) Doadores institucionais e individuais, fontes oriundas de parcerias com outras organizações, podendo ser de natureza monetária, em espécie ou de serviço.

Ainda de acordo com (Guimarães, 2010) e (Teixeira, 2014), os recursos de origem externa, mais em concreto o financiamento público, usualmente ocorre sob a forma de subsídios que são atribuídos em diferentes situações, tais como: reconhecimento público perante a prestação de serviços a grupos coletivos; quando as instituições concorrem a projetos específicos com mais-valias sociais, como apoiar, consolidar, reforçar e modernizar as cooperativas existentes, promovendo deste modo um aumento potencial da organização; quando se candidatam à formação de organizações com o objetivo de promover e combater problemáticas de caráter social; podem ainda existir outros tipos de subsídios estatais derivados de situações específicas.

Relativamente ao financiamento próprio, pode-se incluir neste grupo todas as atividades que as instituições desenvolvem e colocam à disposição dos seus *stakeholders*. Claro é, que todas essas atividades têm o objetivo de obter rendimentos quer em numerário quer em espécie. Um exemplo dessas atividades é a organização de eventos.

Finalmente, quanto à origem dos recursos originários de doadores individuais e institucionais, a compra de ações através da bolsa de valores sociais e as organizações internacionais, como o Banco Mundial, ONU e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, são exemplos de fontes de recursos para as organizações do TS.

Para (Teixeira, 2014), as doações constituem um recurso que pode ser proveniente de indivíduos, empresas, ou de outras entidades sem fins lucrativos não-governamentais, gratuitos, quer sob a forma de dinheiro, espécie ou outros, e acima de tudo sem receber qualquer contrapartida por parte do beneficiário. Por outro lado, contribuição é definida pelo mesmo autor, pela prestação financeira recebida por parte dos associados e não associados, destinada a financiar as atividades da entidade beneficiária, ou na elaboração de um projeto, sem que haja qualquer tipo de reciprocidade de valor para o doador.

As doações de particulares fazem parte dos recursos financeiros externos, podendo estes ser também de natureza monetária, em espécie ou em serviços, tal como caso do voluntariado. No entanto, os doadores individuais são uma fonte que a maior parte das instituições menosprezam, pois consideram que é uma fonte trabalhosa e com menor retorno que as doações de empresas.

Apesar de o financiamento do Terceiro Sector ser versátil, o mais usual para a obtenção de recursos financeiros é através de fontes externas, no entanto o financiamento interno é também fundamental uma vez que permite uma menor dependência e a condicionar menos o desempenho das organizações (Teixeira, 2014).

Na mesma linha, (Guimarães, 2010) defende que as organizações do Terceiro Sector devem optar por escolher o financiamento externo devido à sua diversidade, não esquecendo nem nunca menosprezar os recursos internos.

De um modo geral, a organização deve optar por escolher quais os tipos e qual a fonte de financiamento que melhor se adequa às suas necessidades e à sua estabilidade funcional, portanto, deve escolher aquele que lhe garanta uma maior redução de riscos associados e que maximize os seus objetivos sociais. A diversificação das suas fontes de financiamento parece ser uma necessidade, uma vez que a dependência excessiva de uma única fonte pode prejudicar e condicionar o progresso por parte das instituições (Teixeira, 2014).

Tendo em conta as várias fontes de financiamento, pode-se dizer que cada uma delas sujeita a organização a um diferente nível de dependência externa e, neste sentido, apresentam vantagens e desvantagens para as organizações.

Relativamente às contribuições provenientes de doações individuais e institucionais, as entidades do Terceiro Sector que as recebem, em geral, podem gerir esses fundos sem que haja a exigência por parte dos financiadores, de explicar para que finalidade específica se destina. Além disso, um elevado volume de contribuições deste tipo pode servir de referência e indicador de legitimidade organizacional, ou seja, poderá garantir futuras contribuições. No entanto, as doações de particulares podem ser irregulares, assim como as doações e contribuições vindas de empresas, nomeadamente, se estas tiverem um carácter de curto prazo.

No que toca às receitas provenientes de suporte público, como é o caso das subvenções do Estado, a estabilidade associada é uma vantagem, uma vez que usualmente são renovadas ativamente desde que sejam cumpridos os requisitos impostos e satisfaçam as necessidades do objetivo



fulcral das instituições (Guimarães, 2010). Para além dessa vantagem, o autor associa o facto de poderem aumentar a legitimidade da instituição perante a sociedade, uma vez que, muitas vezes, o financiamento do Estado está associado ao reconhecimento da qualidade organizacional, o que porventura poderá atrair novos financiamentos por parte de novas organizações, fundações, empresas e particulares, vinculando-se a capacidade organizacional, a credibilidade e uma viabilidade funcional positiva.

As desvantagens associadas a esse meio de captação de recursos são expressas pelo facto de exigir um elevado nível de burocracia na gestão das subvenções públicas, assim como a diminuição de autonomia organizacional e a dependência das organizações em desencadear as suas obrigações e objetivos, o que inviabiliza a finalidade das instituições do Terceiro Sector (Guimarães, 2010). Além disso, o financiamento do Estado está fortemente associado e dependente de orçamentos anuais, sensível a questões conjunturais e prioridades associadas às políticas públicas, o que de certo modo desencadeia objeções nas receitas oriundas por esta via.

(Guimarães, 2010) cita (Hodge & Piccolo, 2005) que defendem que as organizações que gerem e têm capacidade de criar as suas próprias receitas, desde a venda de serviços até ao pagamento de quotas pelos sócios, usualmente, apresentam um maior grau de autonomia, e que as entidades do TS de maiores dimensões e com uma maior diversidade de fontes de captação de recursos são menos vulneráveis aos choques económicos.

Torna-se evidente, portanto, que o facto de as organizações serem dependentes fundos externos, públicos ou privados, pode originar uma forte limitação ao desenvolvimento das atividades sociais. Portanto, como forma a superar esse entrave, as entidades do TS necessitam de se organizarem de modo a que o número de financiadores seja suficiente e que as fontes sejam diversificadas, para que a autonomia seja garantida e se cumpram as missões e os objetivos desejados.

No entanto, de acordo com (Guimarães, 2010), nos últimos anos, uma das mais eficientes alternativas em busca de financiamento por parte do Terceiro Sector está associada ao contributo dos Fundos Europeus e/ou internacionais.

### 3.6. O recurso a Financiamento bancário por parte das organizações do Terceiro Sector

Os recursos disponíveis para financiamento de projetos do TS também podem surgir a partir de recursos disponíveis na forma de linha de crédito com juros. Este tipo de financiamento é oferecido através de agentes financeiros.

As instituições bancárias são vitais para o funcionamento da economia, pois fazem a intermediação entre os poupadores que dispõem de recursos financeiros, e os tomadores de empréstimos que precisam desses recursos para operacionalizar os seus planos de expansão gerando empregos, aumentando a riqueza e contribuindo para o crescimento económico do país, e em particular, no caso das organizações do TS, levar a cabo o seu objetivo social.

Investigamos em que medida o financiamento bancário constitui uma opção de financiamento das organizações do TS e se o recurso a esta fonte de financiamento foi afetado pelas restrições de crédito associadas ao período de crise económica e financeira.

Analisando os dados provenientes da base de dados *Amadeus* foi possível verificar que o financiamento bancário tem um peso muito reduzido no financiamento do TS e que o seu valor apresenta uma tendência decrescente.

Em média, cada organização do TS, em 2008, tinha um empréstimo bancário de 66,22€. Este valor médio desceu, em 2013, para 53,56€, e em 2015 para 46,74€.

No que respeita as despesas bancárias é também notório um decréscimo. Em 2008, em média, cada organização do TS tinha despesas bancárias no valor de 14,78€. Este valor diminuiu para 12,83€ em 2013 para 11,42€ em 2015.

Através destes dados é possível evidenciar que o recurso a empréstimos bancários tem vindo a diminuir, ano após ano. Esta tendência pode ser justificada pelas dificuldades de financiamento assistidas pelas PME's de Portugal, no rescaldo da denominada crise do *subprime*.

É notório que os intermediários financeiros nos últimos anos têm vindo a se demonstrarem reticentes em creditar empresas de carácter social, pelo facto de usualmente as organizações do TS não incrementarem nos seus objetivos a geração de lucro, o que torna-se uma evidência para que os estabelecimentos comerciais fiquem mais reticentes no apoio prestado, e além desse o

motivo, pelo facto das empresas sociais terem capacidade limitada no que diz a respeito a medir e relatar os resultados obtidos no longo prazo, torna-se um outro obstáculo no acesso ao capital.

Deste modo, é desencadeado um efeito “bola de neve” para a Economia Social, pois a crise geral ao afetar todos os setores da economia Portuguesa, desencadeia vulnerabilidades e fragilidades económicas por toda a sociedade. A sociedade ao estar debilitada irá recorrer e necessitar cada vez mais dos apoios e ajudas sociais do país, como a prestação de serviços sociais provenientes das IPSS, das Fundações e das Cooperativas. No entanto, as entidades do TS não estão suficientemente preparadas para responder a todas as necessidades sentidas pela sociedade em períodos de fraqueza. Nestas situações, como os recursos próprios não são suficientes, as doações são menores e os apoios estatais são mais restritos, o financiamento bancário aparenta ser uma solução.

Contudo, tal como foi possível verificar, em situações menos favoráveis economicamente, os bancos tendem a restringir o acesso a financiamento bancário, e no caso das organizações do TS é registada uma drástica limitação da principal função das instituições financeiras, ou seja, a capacidade de financiarem o consumo e investimento destas organizações. Dadas estas dificuldades o TS, na sua generalidade, encontrou desde 2008 grandes limitações e restrições no acesso ao crédito, o que se traduziu num agravamento dos termos e condições de financiamento, comparativamente com períodos anteriores aos da não crise.

Assim, é possível evidenciar que a estrutura de financiamento das instituições se alterou em consequência da crise económica e financeira em Portugal. É visível que o recurso ao financiamento bancário tornou-se menos relevante e a procura por outras formas de recursos foi evidente.

### **3.7. Importância do relato financeiro nas entidades do Terceiro Setor**

Visto que as entidades pertencentes ao terceiro sector têm grande importância na sociedade, é essencial que tenham uma boa saúde financeira de forma a desempenhar a sua missão.

O relato financeiro surge como um reflexo da organização para o exterior, podendo dele estar dependentes o financiamento e a credibilidade da sua atividade (Santos A. F., 2015).

Segundo (Santos A. F., 2015), a norma contabilística e de relato financeiro para as organizações sem fins lucrativos é semelhante ao normativo das empresas do setor lucrativo. A norma segue a mesma estrutura da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades – (NCRF-PE), podendo-se dizer que é uma transposição desta com as adaptações necessárias tendo em consideração a natureza das entidades a que se destina.

Com base no relato financeiro das organizações, é possível fazer a análise do seu desempenho económico e financeiro.

A análise fundamenta-se nas demonstrações financeiras, ou dados financeiros, em geral, e ainda em fatores condicionantes internos, como a estrutura da entidade, e a capacidade tecnológica e de gestão. Ou seja, as demonstrações financeiras são documentos, incluindo quadros, relatórios e mapas, apresentados periodicamente pelas entidades e que têm como objetivo transmitir informações, acerca da posição financeira (Balanço), do desempenho (Demonstração de Resultados) e alterações na posição financeira (Demonstração dos Fluxos de Caixa). Regra geral, são elaboradas no final do exercício económico de cada período (Das Neves, 2006).

Existem inúmeros rácios, cuja utilização e aplicação depende dos objetivos da análise financeira. A seguir, apresentamos alguns dos indicadores que são usados para avaliar a viabilidade económica da instituição que futuramente se irá candidatar ao financiamento dos fundos europeus (Monteiro & Almeida , 2010).

(1) Indicadores de equilíbrio financeiro

## Tabela 5- Indicadores de equilíbrio Financeiro

### Fundo Maneio Líquido Funcional (FMLF):

FMLF=Capital Fixo	Permanente–Ativo	O Fundo de Maneio corresponde à parte dos capitais permanentes que não é absorvida no financiamento do ativo não corrente e que, conseqüentemente, está disponível para cobrir as necessidades de financiamento do ciclo de exploração.
-------------------	------------------	---

### Necessidade de Fundo Maneio (NFM):

NFM=Necessidades Cíclicas–Recursos Cíclicos		As necessidades de fundo maneio estão relacionadas com as necessidades de financiamento do ciclo de exploração. NFM reduzidas associam-se a entidades com ciclos de exploração curtos, normalmente entidades comerciais ou de serviços.
---	--	---

### Tesouraria Líquida:

TL= Tesouraria Ativa – Tesouraria Passiva		Este indicador será positivo, caso o FMF seja suficiente para cobrir as NFM, o que aponta para a existência de equilíbrio de tesouraria. Caso contrário, verifica-se a necessidade de financiar parte das suas necessidades cíclicas com operações de tesouraria passiva.
---	--	---

*Fonte:* Elaboração própria

## (2) Indicadores de liquidez

Os indicadores de liquidez são utilizados para analisar a capacidade que a empresa tem para honrar os compromissos financeiros no curto prazo e estão relacionados com a capacidade de um determinado ativo ser transformado em meios líquidos (Tabela 6) (Santos A. F., 2015).

## Tabela 6- Indicadores de liquidez

### Liquidez geral:

$\text{Liquidez geral} = \frac{\text{Capital Circulante} - \text{Exigível a Curto Prazo}}{\text{Ativo Corrente} - \text{Passivo Corrente}}$	Compara a capacidade que a empresa tem para realizar liquidez, à exceção do ativo fixo, com os compromissos da empresa exigíveis no curto prazo. Quando o valor é superior a um é frequentemente assumido que a empresa possui uma boa situação financeira de curto prazo
---	---

### Liquidez reduzida:

$\text{Liquidez reduzida} = \frac{\text{Activo Circulante} - \text{Inventários} - \text{Exigível a Curto Prazo}}{\text{Activo Corrente} - \text{Inventários} - \text{Passivo Corrente}}$	Mede a capacidade de a entidade satisfazer as suas dívidas a curto prazo com os ativos circulantes, sem contar com as existências. Também transmite informação quanto à capacidade da empresa em solver as suas dívidas exigíveis no curto prazo.
--	---

### Liquidez imediata:

$\text{Liquidez imediata} = \frac{\text{Caixa e equivalentes de caixa}}{\text{Passivo Corrente}}$	Avalia a capacidade de cobertura de passivos correntes por meios financeiros líquidos na posse da empresa.
---	--

*Fonte:* Elaboração própria

### (3) Indicadores financeiros

Na análise do equilíbrio financeiro de médio e longo prazo de uma empresa é comum o recurso a rácios de estrutura de capital e de solvabilidade que, por um lado, permitem conhecer a combinação das diferentes origens de capitais a que a empresa recorre para financiar os seus ativos e, por outro lado, possibilitam avaliar a capacidade da empresa para solver os seus compromissos (Santos A. F., 2015).

Entre os rácios financeiros mais utilizados, este autor destaca alguns (Tabela 7).

**Tabela 7- Indicadores financeiros**

#### **Estrutura do passivo:**

---

$\text{Rácio de Estrutura do Passivo} = \frac{\text{Passivo Corrente}}{\text{Passivo Não Corrente}}$	Este rácio indica qual o elemento predominante do passivo, isto é, se é o passivo exigível a Médio longo prazo – (MLP), o que permite medir a temporalidade do endividamento.
--	---

---

#### **Autonomia financeira:**

---

$\text{Autonomia Financeira} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Ativo Líquido}}$	Segundo (Monteiro & Almeida, 2010) a autonomia financeira determina a (in)dependência da empresa face a Capitais Alheios, dando apoio na análise do risco sobre a estrutura financeira da empresa. Através deste rácio é possível ver participação do capital próprio no financiamento da entidade. Traduz a capacidade da empresa de financiar o ativo através dos capitais próprios sem ter de recorrer a empréstimos.
---	---

---

#### **Solvabilidade total:**

---

$\text{Solvabilidade total} = \frac{\text{Capital próprio}}{\text{Passivo Total}}$	O rácio de solvabilidade expressa a capacidade da entidade para satisfazer os compromissos com terceiros, à medida que se vão vencendo. De acordo com (Monteiro & Almeida, 2010), caso este indicador obtenha um valor menor que 1, traduz que existe um elevado risco para os credores da empresa, dado que o Capital Próprio não é suficiente para fazer face às dívidas a pagar; se o resultado for superior a 1 reflete baixo risco para os credores da empresa, dado que o Capital Próprio é suficiente para fazer face às Dívidas a Pagar e a empresa ainda detém alguma margem de segurança.
--	--

---

#### **Endividamento:**

---

$\text{Endividamento} = \frac{\text{Passivo}}{\text{Capital Total}}$	O indicador de endividamento tem como finalidade a medição do peso dos meios postos à disposição da empresa por parte de terceiros no financiamento das suas atividades (Carmo, 2013). Ou seja, os indicadores de endividamento, constituem uma forma de obter informações sobre o grau de intensidade de recurso a capitais alheios no financiamento de uma empresa, apurando a extensão com que a empresa utiliza capital alheio no financiamento das suas atividades.
--	---

---

*Fonte:* Elaboração própria

#### (4) Indicadores de rentabilidade

A rentabilidade de uma entidade também é muito importante, pois de acordo com (Santos A. F., 2015), consiste na capacidade de as empresas gerarem lucros, ou seja, na sua aptidão para obterem rendimentos superiores aos gastos (Tabela 8).

**Tabela 8- Indicadores de rentabilidade**

##### **Retorno dos ativos (ROA):**

---

$ROA = \frac{RO}{AT}$	O Return on Assets (ROA), ou "Rendibilidade do ativo", é um rácio de eficiência económica que mostra a capacidade dos ativos da entidade em gerar resultados. O valor vem expresso em percentagem e quanto mais elevado for, melhor a eficiência de gestão na empresa.
-----------------------	--

---

##### **Return on Equity (ROE):**

---

$ROE = \frac{RL}{CP}$	A Rendibilidade Financeira (Return on Equity- ROE) ou Rendibilidade do Capital Próprio (RCP) mede a eficácia com que as entidades utilizam os capitais pertencentes aos sócios ou acionistas e o valor obtido representa o equivalente a taxa máxima de remuneração obtida pelo Capital Próprio aplicado.
-----------------------	---

---

*Fonte:* Elaboração própria

#### (5) Risco económico ou operacional

O risco económico traduz a probabilidade de o resultado operacional ser inadequado aos objetivos da empresa, ou seja, que os rendimentos ou ganhos operacionais não sejam suficientes para cobrir os gastos ou perdas operacionais (Santos A. F., 2015).

Neste sentido, é fundamental estudar o risco económico numa entidade. A conjugação da análise do risco económico ou operacional com o estudo do risco financeiro permite fazer uma avaliação do risco global da organização (Tabela 9).

**Tabela 9- Indicadores de Risco económico ou operacional**

<b>Grau de Alavancagem Operacional (GAO):</b>	
$\text{GAO} = \frac{\text{Margem Bruta}}{\text{Resultado Operacional}}$	<p>O GAO é um indicador de risco económico que procura medir a volatilidade dos resultados operacionais face a variações ocorridas no nível das vendas. Segundo (Carmo, 2013), este indicador permite-nos aferir qual o impacto da variação, quer positiva quer negativa, da atividade da entidade no seu Resultado Operacional. Com este indicador temos a perceção da variação do Resultado Operacional provocado por uma variação da sua atividade.</p> <p>Quanto maior o valor absoluto do GAO, maior o risco económico, pois maior a sensibilidade dos resultados operacionais face a variações no nível das vendas.</p>
<b>Grau de Alavancagem Financeira (GAF):</b>	
$\text{GAF} = \frac{\text{RO}}{\text{RAI}}$	<p>O grau de alavancagem financeira é um indicador de risco financeiro que mede a sustentabilidade dos resultados líquidos do período face a variações ocorridas nos resultados operacionais.</p> <p>Quanto maior o seu valor, maior será o risco financeiro da entidade.</p>
<b>Grau de Alavancagem Combinada (GAC):</b>	
$\text{GAC} = \text{GAO} \times \text{GAF}$	<p>O GAC é um indicador do risco global da entidade que procura medir o efeito combinado dos indicadores do risco económico e do risco financeiro, o GAO e o GAC, respetivamente.</p> <p>No entanto, este indicador de risco, apesar de permitir uma análise geral do risco que a empresa apresenta, deve ser sempre desdobrado nos indicadores de risco anteriores, para que se perceba se o risco da empresa se deve maioritariamente às políticas operacionais ou financeiras adotadas pela empresa (Carmo, 2013).</p>

*Fonte:* Elaboração própria

(6) Síntese dos indicadores

De acordo com o acima exposto, construímos uma tabela que sintetiza os indicadores abordados e a respetiva forma de cálculo (Tabela 10).



Tabela 10 - Síntese dos indicadores

Indicador	Fórmula
Liquidez geral	$\text{Liquidez geral} = \frac{\text{Capital Circulante}}{\text{Exigível a Curto Prazo}} = \frac{\text{Ativo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$
Liquidez reduzida	$\text{Liquidez reduzida} = \frac{\text{Activo Circulante} - \text{Inventários}}{\text{Exigível a Curto Prazo}} = \frac{\text{Ativo Corrente} - \text{Inventários}}{\text{Passivo Corrente}}$
Liquidez imediata	$\text{Liquidez imediata} = \frac{\text{Caixa e equivalentes de caixa}}{\text{Passivo Corrente}}$
Estrutura do Passivo	$\text{Rácio de Estrutura do Passivo} = \frac{\text{Passivo Corrente}}{\text{Passivo Não Corrente}}$
Autonomia Financeira	$\text{Autonomia Financeira} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Ativo Líquido}}$
Solvabilidade Total	$\text{Solvabilidade total} = \frac{\text{Capital próprio}}{\text{Passivo Total}}$
Endividamento	$\text{Endividamento} = \frac{\text{Passivo}}{\text{Capital Total}}$
Retorno dos ativos (ROA)	$\text{ROA} = \frac{\text{RO}}{\text{AT}}$
Return on Equity (ROE)	$\text{ROE} = \frac{\text{RL}}{\text{CP}}$
Grau de Alavanca Operacional (GAO)	$\text{GAO} = \frac{\text{Margem Bruta}}{\text{Resultado Operacional}}$
Grau de Alavanca Financeira (GAF)	$\text{GAF} = \frac{\text{RO}}{\text{RAI}}$
Grau de Alavanca Combinada (GAC)	$\text{GAC} = \text{GAO} \times \text{GAF}$

Fonte: Elaboração própria.

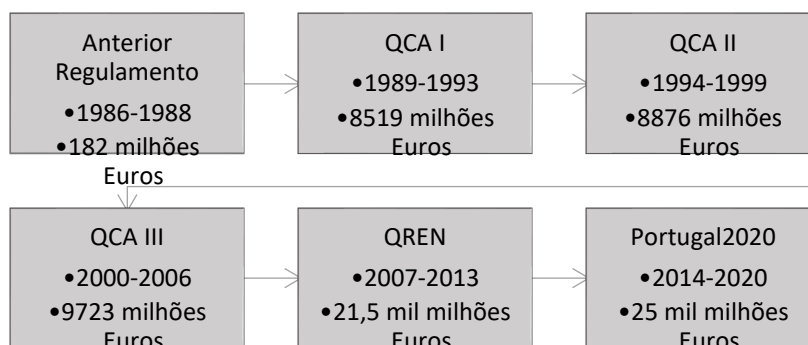
### 3.8. Os Fundos Europeus

#### 3.8.1. Evolução

Pode-se dizer que os apoios comunitários são ajudas monetárias europeias que têm a finalidade de financiar quer o investimento público quer o financiamento privado. De uma forma geral, este tipo de ajudas tem como objetivo a correção dos principais desequilíbrios verificados nos Estados-Membros. Os fundos europeus representam um pilar de extrema importância do investimento, demonstrando uma função fundamental para a correção desses desequilíbrios (Site Oficial da UE - europa.eu).

Desde 1986, a União Europeia tem vindo a auxiliar Portugal através de programas comunitários, tendo em vista a correção de lacunas que se fazem sentir na economia portuguesa. Portugal, beneficiou de várias fases de ajuda tal como é possível observar (Figura 4).

**Figura 4 - Fases dos Fundos Comunitários em Portugal**



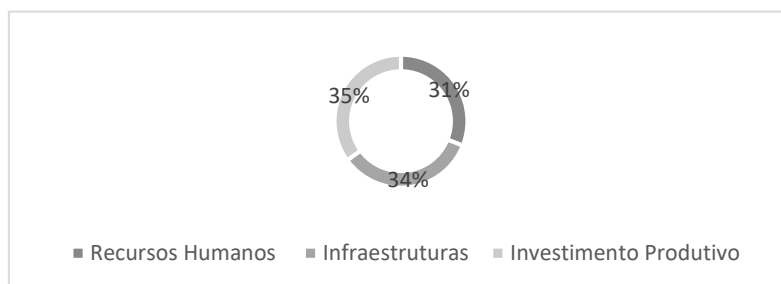
*Fonte:* Elaboração própria

Numa fase inicial, entre 1986 e 1988, Portugal beneficiou do que corresponde a aproximadamente 182 milhões euros. Esta fase teve como objetivo central o incentivo ao desenvolvimento regional (Santos M. M., 2013).

Entre 1989 e 1993, beneficiou do Quadro Comunitário de Apoio - QCA, que se dividiu posteriormente em três fases distintas, o QCA I, o QCA II entre 1994 e 1999 e QCA III entre 2000 e 2006. No primeiro quadro comunitário de apoio (QCA I) Portugal beneficiou de apoios ao nível da formação profissional, serviços e indústria, tendo sido transferidos para Portugal cerca de 8519 milhões de euros (Santos M. M., 2013).

Durante o QCA I a aplicação dos fundos traduziu-se essencialmente em três eixos prioritários de investimento. A Figura 5 ilustra esses eixos e as percentagens associadas a cada um.

**Figura 5 - Eixos Prioritários do QCA I**



*Fonte:* Elaboração Própria

Como podemos observar, cerca de 34% do investimento resultou na melhoria do eixo das infraestruturas, beneficiando, a área dos transportes, telecomunicações, ligações com a Europa e ainda redes nacionais rodoviárias, ferroviárias e portuárias foram objeto primordial deste eixo. Relativamente à ajuda comunitária no eixo dos recursos humanos, foram criadas cerca de mais de 1500 empresas em Portugal, 8000 novos postos de trabalho e requalificado e formado cerca de mais de 1 milhão de formados (Assunção, 2013).

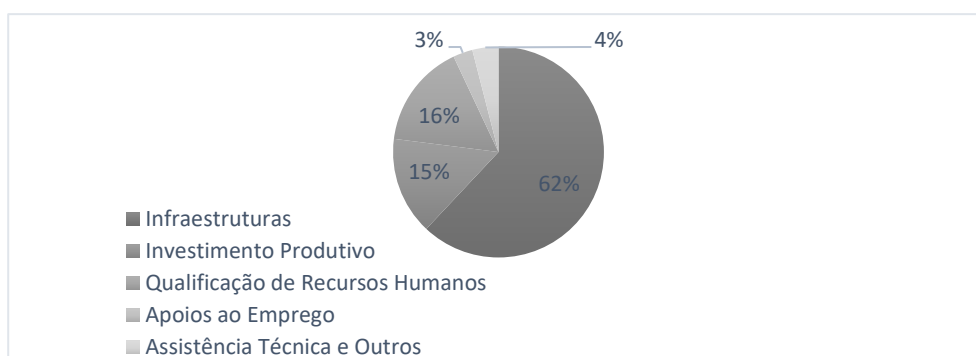
Já o QCA II centrou-se em aproximar os Estados-Membros da média da União Europeia e contribuir para a diminuição das assimetrias regionais, tendo sido concedidos a Portugal, para esse fim, cerca de 8876 milhões de euros (Santos M. M., 2013).

Relativamente a este apoio comunitário, em termos de distribuição de verbas por eixos foi significativamente semelhante ao quadro comunitário anterior (Assunção, 2013).

Por fim, com o QCA III Portugal beneficiou de 9723 milhões de euros que apoiaram a inserção na economia global e a melhoria da competitividade e novas tecnologias (Silva C. M., 2015), (Veiga, 2010) e (Santos M. M., 2013).

A Figura 6 ilustra de modo mais específico a forma como foram repartidos os fundos do QCA III.

**Figura 6 - Repartição por setores dos Fundos do QCA III**



*Fonte:* Adaptado de (Assunção, 2013)

Entre 2007 e 2010, Portugal beneficiou do Quadro de Referência Estratégico Nacional-QREN, cujo objetivo geral era conduzir uma estratégia de viabilização e qualificação dos recursos humanos, crescimento sustentado da economia, e aumentar a competitividade e convergência das empresas, através da mobilização de cerca de 21,5 mil milhões de euros (Site oficial do QREN – [www.qren.pt](http://www.qren.pt)).

O QREN surgiu num contexto macroeconómico onde o crescimento e desenvolvimento económico eram fundamentais para as economias emergentes. A execução deste programa apostou no

crescimento e criação de emprego ao nível europeu e na inversão da tendência de divergência económica a nível nacional. Neste sentido, para Portugal este apoio objetivava um contexto muito diversificado de metas, que permitiram fortalecer um novo ciclo de investimento público e reorientação do investimento privado (Santos M. M., 2013).

Atualmente, Portugal beneficia do programa Portugal 2020, iniciado no ano de 2014 e que marca o arranque de um novo Quadro Comunitário, que vigorará até 2020, substituindo o anterior- QREN. Este apoio tem como objetivos principais aumentar a competitividade e a internacionalização dos Estados-Membros, promover a inclusão social e o emprego, apoiar reformas na administração pública e promover a sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos. Deste modo, o presente programa é abrangido por um Acordo de Parceria assinado por Portugal, que será financiado pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, através do qual irá receber 25 mil milhões de euros até 2020. Esta ajuda financeira visa essencialmente aumentar o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo da economia portuguesa (Site oficial do Portugal 2020 – [www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt)).

Em suma, Portugal tem vindo a beneficiar, através dos quadros comunitários, de transferências financeiras provenientes de vários fundos, sendo eles: FEDER, FSE, Fundos de Coesão, FEP, FEAGA e FEADER (Site oficial do Portugal 2020 – [www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt)), cujos objetivos estão resumidos na Tabela 11 (Santos M. M., 2013).

**Tabela 11 - Objetivos dos Fundos Europeus**

Fundos	Objetivos
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - FEDER	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reforçar a coesão económica e social;</li> <li>▪ Corrigir os principais desequilíbrios;</li> <li>▪ Apoiar à reconversão das regiões menos desenvolvidas;</li> <li>▪ Incentivar à cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional;</li> <li>▪ Apoiar empresas que visem a produtividade e a criação de postos de trabalho</li> </ul>
Fundo Social Europeu-FSE	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover a inclusão social;</li> <li>▪ Reduzir as disparidades no emprego a nível nacional, regional e local;</li> <li>▪ Reforçar a coesão económica e social;</li> <li>▪ Promover a igualdade entre homens e mulheres no acesso ao mercado de trabalho;</li> <li>▪ Apoiar a inserção profissional financiando ações de formação a desempregados e a setores de população mais desfavorecidos.</li> </ul>
Fundo de Coesão	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fortalecer a coesão económica e social dos estados membros;</li> <li>▪ Apoiar o desenvolvimento de redes transeuropeias de transportes;</li> <li>▪ Incentivar à proteção do ambiente e ao desenvolvimento sustentável.</li> </ul>
Fundo Europeu das Pescas - FEP	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover um desenvolvimento sustentável, equilibrado e competitivo entre os recursos e a capacidade de pesca da frota comunitária;</li> <li>▪ Proteção e valorização do ambiente e dos recursos ligados ao setor das pescas.</li> </ul>
Fundo Europeu Agrícola de Garantia - FEAGA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Regularização dos mercados agrícolas;</li> <li>▪ Promover ações de informação e promoção de produtos agrícolas quer no mercado interno quer em países terceiros;</li> <li>▪ Manutenção de sistemas de informação contabilística agrícola.</li> </ul>
Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural - FEADER	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aumentar a produtividade das atividades ligadas à agricultura e a silvicultura;</li> <li>▪ Aumentar a promoção da qualidade de vida e de atividades sustentáveis;</li> <li>▪ E ainda apostar na diversificação de atividades económicas.</li> </ul>

*Fonte:* Elaboração Própria

O FSE é o fundo estrutural mais relevante do ponto de vista deste trabalho, pois está associado a objetivos sociais. A sua ação associa-se essencialmente a retificar problemas relacionados com o desemprego, para além de promover o desenvolvimento dos recursos humanos e ajuda na integração no mercado de trabalho.

Segundo (Silva F. A., 2011) todo o apoio financeiro a este nível tem sido essencial na diminuição das disparidades regionais e na promoção da convergência dentro da EU e estas ajudas financeiras da União Europeia têm sido fundamentais no apoio às empresas e entidade públicas e privadas, com objetivos lucrativos ou não, no desenvolvimento dos seus projetos de investimento.

### 3.8.2. O programa Portugal 2020

Atualmente existe em Portugal uma linha de financiamento estabelecida com a Comissão Europeia, que se designa Portugal 2020. Este acordo de parceria reúne a atuação de cinco fundos

Europeus Estruturais e de Investimento, sendo eles o FEDER, o Fundo de Coesão, o FSE, o FEADER e o FEAMP. Estes Fundos adotam os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, entre 2014 e 2020, o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo (Site oficial do Portugal 2020 – [www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt)).

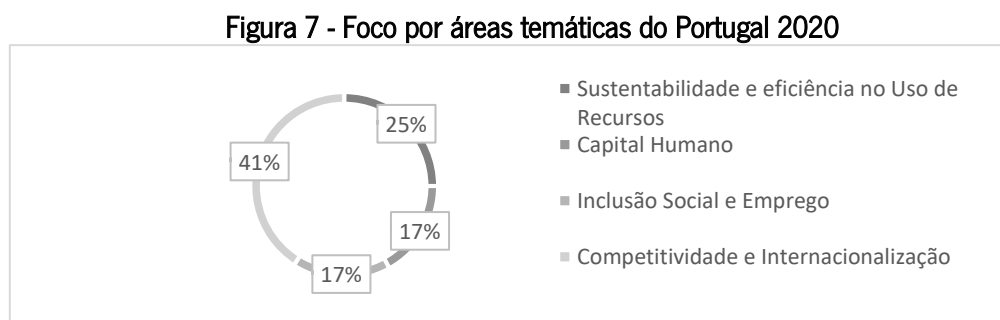
Portugal, através deste incentivo, irá receber 25 mil milhões de euros até 2020. Para tal definiu os objetivos temáticos (Tabela 12) para estimular o crescimento e a criação de emprego, as intervenções necessárias para os concretizar e as realizações e os resultados esperados com estes financiamentos. Entre outras realizações, o Programa inclui nos seus objetivos a integração das pessoas em risco de pobreza e o combate à exclusão social (Lucas, 2014).

**Tabela 12 - Objetivos gerais e temáticos do quadro estratégico Portugal 2020**

Portugal 2020 – Objetivos Gerais	Objetivos Temáticos – Políticas de Coesão (2014-2020)
<b>Crescimento Inteligente</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação;</li> <li>▪ Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade.</li> </ul>
<b>Crescimento Sustentável</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos sectores agrícola (para o FEADER), das pessoas e da aquicultura (para o FEAMP);</li> <li>▪ Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores;</li> <li>▪ Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos;</li> <li>▪ Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos;</li> <li>▪ Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas</li> </ul>
<b>Crescimento Inclusivo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral;</li> <li>▪ Promover a inclusão social e combater a pobreza;</li> <li>▪ Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida;</li> <li>▪ Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente</li> </ul>

*Fonte:* Elaboração própria

A Figura 7 ilustra de que forma estão distribuídas as atenções por focos temáticos do Portugal 2020.



*Fonte:* Adaptado de (Agência para o desenvolvimento e Coesão)

Como podemos observar na Figura 7, a área de atuação da inclusão social e emprego foi contemplada com uma fatia de cerca de 17% do total do financiamento (correspondente a cerca de 4090 milhões de euros). Os principais objetivos deste apoio passam essencialmente por (i) reduzir em pelo menos 200 mil as pessoas que se encontram em risco de pobreza/exclusão e (ii) aumentar para 75% a taxa de emprego da população entre os 20 e 64 anos. O aumento no apoio à provisão de respostas sociais e de saúde, assim como reforçar a importância da economia social no País são outros objetivos associados a este contexto de programação do Portugal 2020 (Agência para o desenvolvimento e Coesão).

O Programa Portugal 2020 surge, deste modo, como uma fonte alternativa de captação de fundos para as organizações do TS. Atualmente, em Portugal, este incentivo é um dos mais aproveitados dentro deste Sector (Site oficial do Portugal 2020 – [www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt)).

### **3.8.3. Dificuldades no acesso aos fundos comunitários**

Apesar das potencialidades dos fundos comunitários no financiamento do Terceiro Sector, existem constrangimentos na sua distribuição e no seu acesso, cujas causas e implicações importa analisar e perceber.

(Soares, 2012) elaborou um estudo sobre a participação portuguesa no Programa Cultura 2000, com base no qual revela algumas conclusões acerca da participação em programas europeus, nomeadamente das motivações, dos entraves à candidatura e dos resultados. Especificamente, conclui que a participação portuguesa no Programa Cultura 2000 foi bastante reduzida, devido a vários fatores que, na sua maioria, são comuns aos vários países e instituições, e que se relacionam principalmente com constrangimentos associados aos procedimentos de candidatura. Outros fatores apontados como justificativos da baixa participação portuguesa nos programas de financiamento comunitário prendem-se com questões estruturais do país. Entre esses fatores o autor refere três que podem constituir também um entrave à utilização dos fundos provenientes do programa Portugal 2020:

- (1) A posição periférica do País;
- (2) A desadequação do Programa face à realidade portuguesa;
- (3) Falta e ineficácia da informação disponibilizada acerca dos programas comunitários.

No que respeita ao processo de candidatura, o principal aspeto que pode desincentivar a participação nos programas de financiamento é o próprio procedimento de candidatura,

nomeadamente por se demonstrar muito demorado, com apertados requisitos administrativos e com um elevado grau de complexidade, constituindo verdadeiros desafios para as instituições que pretendem deles beneficiar e que gostariam de poder usufruir de um processo mais agilizado (Soares, 2012)

(Soares, 2012) afirma ainda que, para as entidades inexperientes, como o são a maioria das portuguesas, torna-se muito difícil, e em casos mais complicados impossível, ir ao encontro de todas as exigências subjacentes a uma candidatura a estes fundos, o que se torna um fator desmotivador da candidatura.

Apesar de os procedimentos de atribuição de subvenções, de monitorização e avaliação das candidaturas e seus resultados variarem conforme o programa e a entidade que o gere, a verdade é que o Portugal 2020 parece acarretar o mesmo tipo de dificuldades: burocracia; a excessiva complexidade dos formulários; os requisitos demasiado apertados; a linguagem utilizada, muitas vezes de difícil interpretação; a falta de disponibilização de informação.

Estas dificuldades tornam-se particularmente relevantes quando as organizações se confrontam com a falta de recursos humanos e financeiros capazes de fazer face ao nível de exigência das candidaturas.



## **4. PARTE II – METODOLOGIA**

### **4.1. Introdução**

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para atingir os objetivos definidos para este relatório de estágio.

Como este trabalho é de natureza exploratória e consiste de um estudo de caso, começamos por justificar o recurso a esta estratégia de investigação e apresentar as suas vantagens e desvantagens.

Depois, descrevemos as principais fontes de informação usadas para responder às questões de investigação.

### **4.2. Estudo de caso**

(Yin R. , 1994), entende por estudo de caso como sendo uma abordagem metodológica de investigação que é especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever certos acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores.

(Yin R. , 1994) apresenta quatro aplicações para a metodologia do estudo de caso:

1. explicar ligações causais nas intervenções na vida real;
2. descrever o contexto da vida real no qual a intervenção ocorreu;
3. fazer uma avaliação da intervenção realizada;
4. explorar situações onde as intervenções avaliadas não possuam resultados claros e específicos.

(Yin R. , 1994) recomenda que os dados sejam recolhidos em diferentes fontes. Deste modo, o estudo de caso pode ser entendido como uma evidência empírica, permitindo o aprofundamento e difusão do conhecimento científico sobre determinados fenómenos sociais.

De acordo com (Halinen & Tornroos, 2005), o estudo de caso é adequado quando existe conhecimento limitado sobre o fenómeno e quando as teorias disponíveis para o explicar não são adequadas.

O presente estudo de caso baseia-se na análise e debruça-se essencialmente sobre a caracterização geral e os mecanismos do financiamento comunitário. Uma parte importante da nossa análise foi documental, na qual começámos por rever a bibliografia teórica, percebendo, inicialmente, o problema do financiamento público, qual a realidade das instituições sociais em Portugal e quais os meios de financiamento que normalmente recorrem.

O presente estudo de caso serve para ilustrar e caracterizar os mecanismos do financiamento europeu. Dado tratar-se de um fenómeno contemporâneo em que as questões de investigação se centram no «porque» e no «como», o estudo de caso parece ser uma estratégia de investigação adequada (Benbasat, Goldstein, & Mead, 1987).

Quanto ao objetivo da investigação, podemos considerar que se trata de um estudo de caso essencialmente descritivo, na medida em que descreve o fenómeno dentro do seu contexto (Yin R. , 1994).

#### **4.3. Seleção do caso a estudar**

O estudo de caso incide sobre uma organização do Terceiro Sector: a Santa Casa da Misericórdia de Guimarães - SCM Guimarães.

A organização alvo do estudo de caso foi selecionada por conveniência, uma vez que é cliente da ValeConsultores.

De entre as diferentes organizações potencialmente candidatas a serem estudadas, o critério de seleção foi área de atuação. Dentro das organizações voltadas para o desenvolvimento, a SCM de Guimarães destacou-se pelo facto de atuar em áreas primordiais do Terceiro Setor: no âmbito da saúde, da educação e, essencialmente, da ajuda humanitária.

#### **4.4. Fontes de informação**

De acordo com (Yin R. , 2003) existem seis fontes de informação para realizar uma análise de um estudo de caso. Essas fontes, assim como as vantagens e desvantagens associadas a cada uma estão resumidas na Tabela 13.

**Tabela 13 - Fontes de informação para realizar um estudo de caso e correspondentes vantagens e desvantagens**

<b>Fonte</b>	<b>Vantagens</b>	<b>Desvantagens</b>
<b>Documentação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estável - pode ser revista várias vezes</li> <li>▪ Discreta - não foi criada como resultado do estudo de caso</li> <li>▪ Exata – contém nomes exatos, referências, e detalhes sobre eventos</li> <li>▪ Ampla cobertura - longo espaço de tempo, muitos eventos e muitos ambientes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recuperabilidade – pode ser baixa</li> <li>▪ Seletividade tendenciosa</li> <li>▪ Enviesamento de relatórios – reflete a tendência do autor</li> <li>▪ Acesso – podem ser deliberadamente bloqueados</li> </ul>
<b>Documentos de arquivo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ (o mesmo que para a documentação)</li> <li>▪ Preciso e quantitativo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ (o mesmo que para a documentação)</li> <li>▪ Acessibilidade – restrição a alguns documentos</li> </ul>
<b>Entrevistas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Alvo – foca diretamente o caso em estudo</li> <li>▪ Perspicaz - fornece conclusões causais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Enviesamento por questões mal formuladas</li> <li>▪ Desvio de respostas</li> <li>▪ Imprecisões devido à má recordação</li> <li>▪ Reflexividade</li> </ul>
<b>Observações diretas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realidade – abrange eventos em tempo real</li> <li>▪ Contextual – abrange o contexto do evento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Tempo</li> <li>▪ Seletividade</li> <li>▪ Reflexividade</li> <li>▪ Custos</li> </ul>
<b>Observações participantes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ (o mesmo que para as observações diretas)</li> <li>▪ Clarifica comportamentos e motivos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ (o mesmo que para as observações diretas)</li> <li>▪ Manipulação do investigador de eventos</li> </ul>
<b>Artefactos físicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Clarifica culturas</li> <li>▪ Clarifica técnicas de operação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Seletividade</li> <li>▪ Avaliação</li> </ul>

*Fonte:* Elaboração própria

Considerando a natureza da organização do TS que iremos estudar e os objetivos de investigação, recorreremos à análise documental e à observação direta. Usamos ainda informação quantitativa e qualitativa proveniente do projeto de financiamento apresentado pela organização alvo deste estudo no âmbito do Programa 2020.

Deste modo, relativamente ao procedimento, numa fase inicial realizou-se uma pesquisa documental. De acordo com (Beuren, 2008), esta abrange todo o referencial já tornado público em relação ao tema de estudo como por exemplo as publicações, os boletins, os jornais, as revistas, os livros, as pesquisas, as monografias, as dissertações, as teses, entre outros. (Fachin, 2006), acrescenta que a pesquisa documental consiste na coleta, na classificação, na seleção difusa e na utilização de toda a espécie de informações, compreendendo também as técnicas e os métodos que facilitam a sua busca e sua identificação.

A análise documental surge, deste modo, como uma análise técnica, de forma a se poder verificar a existência (ou não) de um conjunto de informações importantes, como a história, estrutura e modo de funcionamento da instituição, tendo em conta os objetivos previamente definidos.

A observação direta, através de visitas realizadas à instituição e de conversas informais com alguns dos colaboradores da mesma, constituiu também uma fonte de informação privilegiada. Ou seja, visto que a entidade acolhedora do estágio curricular elabora candidaturas a fontes de financiamento, a observação direta complementada com conversas informais com os recursos humanos das instituições clientes da consultora, revelou-se uma técnica de recolha de informação imprescindível.

Através desta fonte recolhemos informação acerca do montante de financiamento necessário para o projeto que organização do TS pretendia desenvolver, a que se destina esse financiamento e como é que planeiam pagar o capital/juros (se for o caso). Pudemos ainda registar a perceção das instituições acerca das dificuldades de financiamento e relacionar essas perceções com a idade e o nível educacional dos gestores dessas instituições e com o tipo de intervenção social.

No âmbito desta investigação foram ainda utilizados os relatórios de contas e de atividades da organização escolhida para objeto de estudo. Através do relatório de atividades foi possível identificar quais as atividades programadas pela organização e as efetivamente realizadas.

O relatório de contas permitiu avaliar a instituição nas dimensões económica e financeira. Ou seja, através da análise das diferentes demonstrações financeiras assim como o Balanço e a Demonstração de Resultados - (DR) foi possível fazer uma comparação entre diferentes anos no que respeita à posição financeira (balanço) e ao desempenho (Demonstração de Resultados).

Num outro estágio do procedimento, elaborámos uma descrição das etapas e condições a cumprir para que a organização se possa financiar através do programa Portugal 2020.

Aos resultados obtidos, realizamos uma análise crítica, visando fornecer uma visão detalhada do programa 2020 como forma alternativa de fonte de financiamento, num contexto de crise económica e financeira.

Portanto, definidas as questões a investigar, bem como os objetivos, pareceu-nos pertinente adotar uma abordagem qualitativa.

Para (Gehardt & Silveira, 2009) a abordagem qualitativa preocupa-se com aspetos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se portanto na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. (Martins & Théophilo, 2009) acrescentam que a pesquisa qualitativa tem como preocupação central as descrições, as compreensões e as interpretações dos factos.

(Godoy, 1995) evidencia a análise qualitativa como um trabalho de campo, onde o investigador procura captar fenómenos a partir da perspetiva dos sujeitos neles envolvidos, ou seja, o objetivo com este método de estudo é visualizar o contexto, e se possível, ter uma integração empática com o mesmo.



## 5. ESTUDO DE CASO: SANTA CASA MISERICÓRDIA DE GUIMARÃES

### 5.1. Introdução

Neste capítulo, pretendemos investigar os procedimentos a cumprir e as dificuldades enfrentadas pelas organizações do TS na obtenção de financiamento europeu.

Começamos por fazer uma breve caracterização da instituição e da sua posição económica e financeira atual. Posteriormente descrevemos qual o objetivo principal da candidatura ao Programa 2020. Por fim, fazemos uma análise económica e financeira da candidatura.

A análise económico-financeira da IPSS foi desenvolvida a partir do balanço contabilístico de diferentes anos, que corresponde ao período compreendido entre o ano de 2013 a 2016.

### 5.2. Apresentação da Instituição em estudo

Segundo a informação recolhida na página da internet da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães - SCM Guimarães (Site oficial da SCM de Guimarães – [www.scmguimaraes.com](http://www.scmguimaraes.com)), esta é uma Instituição Particular de Solidariedade Social - IPSS, instituída no ano de 1511, que tem por objetivo colmatar as carências sociais existentes na região envolvente.

A mesma fonte revela que, ao longo dos anos, a SCM Guimarães foi assumindo na cidade uma importante posição de suporte social, com especial incidência nas questões de saúde pública.

Esta Misericórdia presta serviços na área da assistência social de apoio a idosos e a pessoas com deficiência, tanto através da assistência domiciliária, como da abertura e remodelação de lares.

No âmbito da atividade social da Instituição, além das ações integradas na Segurança Social como o apoio a idosos e deficientes, incluem-se ainda outros meios de fazer bem, designadamente nos setores da saúde.

A SCM desenvolve atualmente atividades nas seguintes valências (Site oficial da SCM de Guimarães – [www.scmguimaraes.com](http://www.scmguimaraes.com)):

(1) Unidades de Apoio Social: Centro de Solidariedade Humana Professor Emídio Guerreiro (capacidade para 36 utentes); Lar Rainha D. Leonor (capacidade para 120 utentes); Lar João

Antunes Guimarães (capacidade para 47 utentes); Casa de Repouso: Lar de S. Paio (capacidade para 29 utentes do sexo feminino); Casa de Recolhimento das Trinas (acolhe atualmente 12 utentes do sexo feminino); Apoio Domiciliário; Centro de Dia e Habitações Sociais.

- (2) Unidades de Apoio à Deficiência: O Centro de Apoio à Deficiência (associa um Centro de Apoio Ocupacional com um Lar Residencial e tem capacidade para 18 utentes).
- (3) Unidades de Apoio à Saúde: Unidade de Cuidados Continuados; Hemodiálise; Centro de Tomografia; Fisioterapia e unidade de Endoscopia Digestiva.
- (4) Unidades de Apoio à serviços culturais e património: Percurso Museológico no Convento de Santo António dos Capuchos;
- (5) Unidades de serviços religiosos: Igreja da Misericórdia; Igreja de S. António dos Capuchos; Capela da Trinas e Capela de Donim.

A SCM conta atualmente com protocolos de cooperação com várias entidades públicas e privadas, tais como o Instituto de Segurança Social (ISS), o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), a Câmara Municipal de Guimarães (CMG), a Administração Regional de Saúde do Norte (ARSN) e o Instituto de Reinserção Social (IRS) (Site oficial da SCM de Guimarães – [www.scmguimaraes.com](http://www.scmguimaraes.com)).

### **5.3. Situação económica e financeira da organização: análise económica financeira**

A análise económico-financeira da IPSS foi desenvolvida a partir do balanço contabilístico e demonstração de resultados referentes aos anos 2013-2016.

Ao analisar as demonstrações de resultados e todos os dados contabilísticos, partimos do princípio que todas elas estão refletidas e que expõem de forma verídica todos os aspetos materialmente relevantes quanto à sua posição financeira.

Todos os dados aqui anexados e analisados foram retirados do *site* oficial da SCM de Guimarães. Os documentos são públicos e abrangem as demonstrações de resultados por natureza, os balanços, os orçamentos previsionais e os relatórios de gestão para os referidos anos em análise.

Como podemos observar na tabela 14 a atividade da SCM de Guimarães distribui-se por vários setores de atividade.



**Tabela 14 - Classificação económica da SCM de Guimarães**

<b>CAE</b>	<b>Designação</b>	<b>Percentagem de Atividade (%)</b>
<b>52213</b>	Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres	1%
<b>87301</b>	Atividades de apoio social para pessoas idosos, com alojamento	80%
<b>87302</b>	Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, com alojamento	18%
<b>91020</b>	Atividades dos museus	1%

*Fonte:* Elaboração Própria

Observando a tabela 14, podemos dizer que a prestação de serviços e atividades ligadas ao apoio social a idosos (nomeadamente no alojamento) constitui a principal área de atuação da organização.

Para fazer a análise económica e financeira da SCM de Guimarães foram construídos o balanço patrimonial e o balanço funcional da organização. Estes instrumentos constituem peças importantes na análise financeira global da entidade, uma vez que permitem perceber até que ponto a sua estrutura (e a correspondente evolução) é adequada para que a sua atividade económica se desenvolva de forma sustentada.

O Balanço Patrimonial é um registo contábil que mostra todas as movimentações financeiras de uma empresa num determinado período. Através dele será possível ter acesso a toda a informação sobre a situação patrimonial (bens, direitos e obrigações), da organização, como é possível se verificar na tabela 15.

**Tabela 15 - Balanço Patrimonial da SCM de Guimarães**

Rubricas	2013	2014	2015	2016
1. Ativo Fixo Líquido	5011608,77	4818842,83	4849788,1	4632090,61
2. Ativo Exp. Líquido	4335993,45	4199177,9	4342663,64	4163544,17
3. Outros AFL	675615,32	619664,93	507124,46	468546,44
4. Capital Circundante	595326,32	718661,1	383238,85	379317,81
5. Inventários	1066,41	3073,19	286,91	145,8
6. Realizável CP	277108,63	337622,92	346818,69	305493,24
7. Meios Finan. Líquidos	317151,28	377964,99	36133,25	58866,4
8. Total Aplicações	5606935,09	5537503,93	5233026,95	5011408,42
9. Capital permanente	4651040,08	4636303,21	4076128,91	3997474,18
10. Fundos Patrimoniais	3527316,39	3631946,22	3401161,38	3426078,15
11. Exigível MLP	1123723,69	1004356,99	674967,53	571396,03
12. Exigível CP	955895,01	901200,72	1156898,04	1013934,24
13. CA totais	2079618,7	1905557,71	1831865,57	1585330,27
14. Total Orig.	5606935,09	5537503,93	5233026,95	5011408,42
15. FMLP	-360568,69	-182539,62	-773659,19	-634616,43

*Fonte:* Elaboração Própria

Construído o balanço patrimonial (Tabela 15), decidimos construir também o balanço funcional (Tabela 16). O balanço funcional mostra numa certa data, as aplicações e recursos relacionados com os ciclos financeiros da entidade, qualquer que seja a sua situação jurídica. Os ciclos financeiros são a resultante financeira das decisões tomadas na entidade aos diferentes níveis: estratégico, operacional e financeiro.

**Tabela 16 - Balanço Funcional da SCM de Guimarães**

Rubricas	2013	2014	2015	2016
1. Recursos Estáveis	4651040,08	4636303,21	4076128,91	3997474,18
2. Ativo Exp Líquido	4335993,45	4199177,9	4342663,64	4163544,17
3. FMLF	-360568,69	-182539,62	-773659,19	-634616,43
4. Necessidades Cíclicas	254045,25	295361,34	319185,45	262540,96
5. Recursos Cíclicos	405212,06	314630,32	486993,15	439137,1
6. Necessidade FM	-151166,81	-19268,98	-167807,7	-176596,14
7. Tesouraria Ativa	341281,07	423299,76	64053,4	101964,48
8. Tesouraria Passiva	898020,25	821721,21	1073863,09	996537
9. Tesouraria Líquida	-556739,18	-398421,45	-1009809,69	-894572,52

*Fonte:* Elaboração Própria

Através destas duas ferramentas (balanço patrimonial e balanço funcional) procedemos à caracterização da composição do património económico da SCM de Guimarães.

A análise dos balanços patrimonial e funcional da SCM de Guimarães, permite-nos concluir que, ao longo dos últimos anos, os capitais próprios (Fundos Patrimoniais) da organização têm sido um pouco irregulares. Apesar de apresentarem valores positivos, registram um decréscimo do ano 2014 para 2015. No entanto, em 2016, nota-se alguma recuperação, ainda que mínima.

No que diz respeito ao exigível a médio e longo prazo (passivo não corrente), este tem vindo a diminuir ao longo dos anos, o que traduz uma situação favorável para a organização, uma vez que através desta rubrica é visível a dependência perante terceiros. Ou seja, a entidade tem vindo a diminuir o financiamento por capitais alheios de médio e longo prazo.

Da diferença entre os Capitais Permanentes e o Ativo Fixo Líquido, obtemos o Fundo de Maneio que representa a parte do Capital Permanente que não foi absorvida no financiamento do Ativo Fixo Líquido e, conseqüentemente, está aplicada na cobertura, parcial ou total, das necessidades de financiamento do ciclo de exploração.

Esta organização, ao longo do período analisado, apresenta um fundo maneio negativo, o que indicia uma situação financeira delicada. Ou seja, tendo em conta os valores do Fundo Maneio, podemos dizer que a instituição não tem recursos estáveis capazes de financiarem a totalidade das aplicações fixas líquidas, e as necessidades cíclicas, em grande parte financiadas com operações de tesouraria. Neste seguimento, podemos dizer que a SCM de Guimarães apresenta problemas financeiros, insuficiência de capitais estáveis, dependência excessiva de operações de tesouraria e têm ainda um risco elevado de incapacidade de solver compromissos a curto prazo.

Os Recursos Cíclicos apresentam valores positivos, mas de 2013 para 2014, esta rubrica apresentou um decréscimo elevado e depois, de 2015 para 2016, continuo a registar um decréscimo, ainda que menos significativo. Esta evolução pode ser considerada normal, uma vez que está em conformidade com o nível de atividade da entidade, ou seja, o aumento do nível de atividade da entidade pode implicar um aumento dos recursos e das necessidades cíclicas. Dentro dos Recursos Cíclicos destacam-se as diminuições registadas na rubrica Fornecedores que também podem estar diretamente relacionados com a diminuição do nível de atividade.

A SCM de Guimarães ao longo do período em análise apresentou níveis de Tesouraria Ativa positivos, embora seja visível uma diminuição brusca de 2014 para 2015. Em 2016 ocorreu um aumento desse nível, no entanto ainda não satisfatório comparado com ano inicial do período de análise.

A Tesouraria Passiva apresentou valores decrescentes de 2013 para 2014, depois sofreu um aumento no ano de 2015, no entanto em 2016 o nível de tesouraria Passiva diminuiu muito. Da diferença entre a Tesouraria Ativa e a Tesouraria Passiva, obtemos a Tesouraria Líquida que apresenta valores negativos em todos os anos em estudo. Esta análise que supera algumas das limitações da análise ao balanço patrimonial, evidencia, uma vez mais, algumas das dificuldades de tesouraria que a entidade atravessou ao longo do período em estudo.

Assim, usando as rubricas acima tabeladas no balanço patrimonial e no balanço funcional procederemos a análise de alguns indicadores que escolhemos para fazer a caracterização e análise da situação económica e financeira da SCM de Guimarães.

(1) Indicadores de liquidez

**Tabela 17 - Indicadores de liquidez da SCM de Guimarães**

Indicadores	2013	2014	2015	2016
Liquidez geral	0,62	0,80	0,33	0,37
Liquidez reduzida	0,62	0,79	0,33	0,37
Liquidez imediata	0,33	0,42	0,03	0,06

Fonte: Elaboração Própria

A tabela 17 mostra que a Liquidez Geral apresenta valores inferiores a um em todos os anos, o que significa que o valor monetário que os ativos correntes podem gerar não é suficiente para solver a totalidade dos compromissos de curto prazo. Estes valores indicam que a entidade tem algumas dificuldades de tesouraria, ou seja, o ativo circulante é inferior às dívidas de curto prazo. Como estes valores são inferiores a 1, indica também que o FML é negativo.

Em relação à liquidez reduzida, os valores são relativamente baixos, e não apresentam grandes diferenças em relação à liquidez geral, o que significa que não existem *stocks* “mortos”, com elevados custos para a SCM de Guimarães. Este resultado era esperado, visto que a entidade não vende produtos, mas apenas presta serviços.

Os valores da liquidez imediata são relativamente baixos para os dois últimos anos considerados, o que poderá indicar que a entidade está a conseguir aplicar com sucesso os seus valores de tesouraria. No entanto trata-se de um indicador pouco “robusto”, na medida em que apenas indica, para um momento concreto, a relação entre os meios financeiros líquidos existentes na empresa com os exigíveis de curto prazo.

(2) Indicadores Financeiros

**Tabela 18 - Rácios de equilíbrio Financeiro da SCM de Guimarães**

Rácios	2013	2014	2015	2016
Estrutura do Passivo	0,85	0,90	1,71	1,77
Autonomia Financeira	0,70	0,75	0,70	0,74
Solvabilidade	2,24	2,43	2,23	2,52
Endividamento	0,37	0,34	0,35	0,32

*Fonte:* Elaboração Própria

Os valores do endividamento exibem uma ligeira tendência decrescente. Isto significa que houve uma menor transferência de créditos passando a verificar-se uma diminuição do Exigível a médio longo prazo.

Um excessivo nível de endividamento indica um peso excessivo do capital alheio no financiamento da entidade, que pode pôr em causa a sua sustentabilidade. No entanto, no caso da SCM de Guimarães essa dependência tem vindo a diminuir. Ainda assim, o endividamento é considerado elevado em todos os anos em análise, podendo-se considerar que existem algumas dificuldades de tesouraria na entidade que, apesar de tudo têm vindo a diminuir, ainda que de forma ligeira.

Pode-se constatar pela análise deste rácio, que o passivo é maioritariamente de curto prazo, pois o passivo corrente representa 90% do total passivo em 2014. É também de salientar que os valores da estrutura do passivo têm vindo a aumentar ao longo dos anos, o que indica que as dívidas de curto prazo têm assumido maior relevância no total do passivo.

Quanto aos valores obtidos no rácio de autonomia financeira estes devem estar compreendido entre zero e um, dado que o montante do capital próprio não é superior ao valor do ativo. No período considerado, a SCM de Guimarães apresentou valores elevados e próximos de 1, o que significa que apresenta um grau de autonomia face a terceiros relativamente alto.

O indicador de solvabilidade regista igualmente valores elevados, ou seja, o valor do Capital Próprio é superior ao Passivo. Esta situação reflete baixo risco para os credores da organização, dado que o Capital Próprio é suficiente para fazer face às Dívidas a Pagar.

### (3) Indicadores de Rentabilidade

**Tabela 19 - Indicadores de rentabilidade da SCM de Guimarães**

Indicadores	2013	2014	2015	2016
ROA	3,81%	3,32%	-4,72%	2,05%
ROE	5,23%	4,37%	-7,77%	2,63%

*Fonte:* Elaboração Própria

Na tabela 19, podemos verificar que o valor do ROA (*Returns On Assets*) se encontra positivo em todos os anos do nosso período de análise, exceto no ano de 2015, ano em que o resultado operacional é negativo. Significa isto que a organização tem sido capaz de ter uma boa eficiência de gestão operacional.

É visível que o resultado operacional ao longo do período de análise tem vindo a diminuir, de tal forma que no ano de 2015 registou valores negativos. Ou seja, o resultado nesse ano não foi capaz de cobrir os encargos financeiros resultantes do endividamento, o que se traduziu num efeito de alavancagem financeira e, em consequência de um grau de endividamento elevado, a ROE apresenta-se negativa.

No entanto, apesar do valor negativo registado em 2015, a manutenção de resultados operacionais positivos ao longo do tempo é o maior sinal de sustentabilidade económica e viabilidade futura de qualquer empresa, e no caso da SCM de Guimarães esses resultados são visíveis.

Podemos, no entanto, dizer que em 2015 a entidade apresentava-se numa situação menos atraente a investimentos, o que é indubitavelmente prejudicial.

#### (4) Indicadores de Risco Financeiro

**Tabela 20 - Indicadores de risco da SCM de Guimarães**

Indicadores	2013	2014	2015	2016
GAO	10,03	10,90	-8,64	22,47
GAF	1,16	1,16	0,93	1,14
GAC	11,61	12,63	-8,07	25,55

*Fonte:* Elaboração Própria

O indicador GAO relaciona a margem bruta e os resultados operacionais, de modo a destacar o peso dos gastos fixos na estrutura dos gastos operacionais da entidade. Em 2015 o valor do GAO foi de -8,64, o que significa que uma variação de 10% no volume de negócios correspondeu a uma variação negativa dos resultados operacionais de 8.64%.

Em relação ao GAC, este indicador quantifica o peso dos gastos fixos operacionais e dos gastos financeiros e o impacto das variações no volume dos negócios sobre os resultados de exploração.

Olhando para os valores da tabela 20, podemos dizer que o ano de 2014 é o que apresenta valores mais críticos, o que significa que um aumento dos encargos financeiros, afetou os resultados da entidade muito negativamente.

(5) Fontes de receita

A tabela 21 resume a informação relativa às fontes de receitas próprias da SCM de Guimarães no período compreendido entre 2013 e 2016.

**Tabela 21 - Receitas Próprias (em Euros)**

Descrição	2013	2014	2015	2016
<b>Vendas</b>	-	-	-	-
<b>Prestação de serviços</b>	2.621.549,04	2.354.432,54	2.238.744,77	2.332.013,07
1. Quotas dos utilizadores	1.497.961,57	1.529.682,06	1.503.082,47	1.512.168,50
2. Quotas e joias	32.000,00	21.500,00	35.600,00	125.050,00
3. Outros serviços	1.091.587,47	803.250,48	700.062,30	694.794,57
<b>Total</b>	2.621.549,04	2.354.432,54	2.238.744,77	2.332.013,07

Fonte: Elaboração Própria

A prestação de serviços é a principal “fonte” própria de geração de fundos da entidade. A SCM de Guimarães junta essencialmente ao conjunto da prestação de serviços todas as quotas dos utilizadores, quotas e joias. Os Outros serviços também têm um papel importante na geração de fundos.

No que diz respeito aos apoios estatais, a entidade recebeu subsídios do Estado ao investimento e a exploração, os quais estão refletidos nas tabelas 22 e 23, respetivamente.

Os subsídios ao investimento foram recebidos a fundo perdido e, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo – (NCRF-ESNL), foram contabilizados em fundos patrimoniais.

**Tabela 22 - Subsídios para investimento (em Euros)**

Ano	Saldo Inicial	Recebimentos	Regularizações	Saldo Final
2013	1384150,67	-	-	1287068,93
2014	1287068,93	-	33648,48	1232858,85
2015	1232858,85	-	-	1162716,92
2016	1162716,92	-	-	1092866,37

Fonte: Elaboração Própria

Os subsídios à exploração são de três tipos:

- (1) Subsídios ligados aos acordos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional – (IEFP) para estágios profissionais;
- (2) Subsídios contratualizados no âmbito de acordos com o Instituto de Segurança Social para apoio aos serviços prestados na assistência à invalidez e reabilitação, à 3ª idade e cantina social;

(3) E subsídio contratualizado no âmbito de acordos com o Instituto de Segurança Social e a Administração Regional de Saúde – (ARS) na assistência medicamentosa provida nos serviços prestados em cuidados continuados.

**Tabela 23 - Subsídios à exploração (em Euros)**

<b>Subsídios</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Governo</b>	1297575,38	1213842,41	1183818,35	1207474,85
1. CM de Guimarães	-	-	-	22460,00
2. Outros	-	-	-	105,00
<b>Total</b>	1297575,38	1213842,41	1183818,34	1207474,85

*Fonte:* Elaboração Própria

Tendo em consideração as rubricas assinadas nas tabelas 21, 22 e 23, e tendo em conta a evolução das mesmas, podemos concluir que nos últimos anos a SCM de Guimarães auferiu de um rendimento maior por parte das receitas próprias em relação aos subsídios para investimento e subsídios à exploração.

Considerando esta evolução decrescente relativamente ao peso das rubricas associadas a apoios estatais, e em contrapartida a evolução crescente das receitas obtidas pelas vendas e serviços próprios – receitas próprias – pode-se afirmar que nos últimos anos a organização procurou tornar-se um pouco menos dependente do Estado e deste modo tentou ser mais autónoma nas suas fontes de financiamento.

Além das receitas próprias e dos apoios governamentais, a SCM de Guimarães tem vindo a obter receita proveniente de outros rendimentos e ganhos (Tabela 24).

**Tabela 24 - Outros Rendimentos e ganhos (em Euros)**

<b>Descrição</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Rendimentos suplementares	5.935,46	2.544,63	149,66	14.181,01
Descontos de pronto pagamento obtidos	15,68	-	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	29,12	-	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-	-	-
Ganhos em inventários	-	-	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, assoc. e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	402.461,03	706.439,04	808.272,74	582.050,44
Outros rendimentos e ganhos	273.876,99	279.348,98	284.696,88	237.858,53
<b>Total</b>	682.318,28	988.332,65	1.093.119,28	834.089,98

*Fonte:* e Elaboração Própria



A rubrica “Outros Rendimento e ganhos” associa todos os rendimentos e ganhos operacionais que não foram o rédito com vendas e serviços prestados.

A tabela 24 traduz que ao longo dos últimos anos, o peso dessa rubrica na geração de receita não tem sido constante. Podemos considerar 2015 o ano com melhores resultados durante o período de análise. Podemos ainda afirmar que dentro dessa rubrica, a comparticipação com um peso mais relevante na geração de receitas para a SCM de Guimarães está associada aos rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros.

#### (6) Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

**Tabela 25 - Fluxos de caixa das atividades de financiamento (em Euros)**

<b>Fluxos de caixa</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Financiamentos obtidos	-	-	-	-
Realizações de fundos	-	-	-	-
Doações	-	-	103 657,50	3 306,24
Outras operações de financiamento	-	-	-	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Financiamentos obtidos	350 170,80	146 314,20	319 181,36	114 762,10
Juros e gastos similares	29 507,81	25 731,32	17 637,57	12 787,87
Outras operações de financiamento	-	-	-	-
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>-379 678,61</b>	<b>-172 045,52</b>	<b>-233 161,43</b>	<b>-124 243,73</b>

*Fonte:* Elaboração Própria

A tabela 25 revela que, desde 2013 até 2016, a SCM de Guimarães não auferiu de qualquer ajuda financeira associada a instituições bancárias. No entanto é visível que em anos anteriores ao período de análise, a organização recorreu a financiamento bancário. Tal situação é justificada pelo facto de nos últimos anos ainda estar a liquidar a dívida contraída assim como os respetivos juros e gastos similares.

Em 2016, a dívida apesar de ter vindo a ser creditada ao longo dos anos, ainda abrangia um montante elevado.

Observando as tabelas anteriores, podemos assim dizer que a SCM de Guimarães tem vindo a reduzir a sua dependência não só das ajudas financeiras estatais, assim como do financiamento

bancário. É notória a sua preocupação, nos últimos anos, em aumentar o financiamento através de receitas próprias e de outros rendimentos e ganhos associados.

#### (7) Resultado líquido

Relativamente ao resultado líquido do período em análise da instituição, podemos dizer que, ao longo dos anos em análise, o resultado líquido da organização foi sempre positivo, com exceção do ano de 2015 (Tabela 26).

**Tabela 26 - Resultado líquido da SCM de Guimarães (em Euros)**

<b>Indicador</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Resultado Líquido	184 600	158 800	-264 300,41	90 240,75

*Fonte:* Elaboração Própria

Podemos assim considerar que a SCM de Guimarães desde 2013 até 2016, conseguiu alcançar um lucro contabilístico positivo. No entanto, o ano de 2015 foi claramente um ano de prejuízo para a instituição.

## **5.4. Projeto Património Cultural Norte**

A dependência dos subsídios estatais tem dominado o exercício da maioria das organizações da Economia Social reduzindo-lhes a capacidade de desenvolver e dar respostas mais qualificadas aos problemas da sociedade. Na realidade, a comparticipação governamental só permite, de um modo geral, intervenções situadas em patamares mínimos.

Neste contexto, a SCM de Guimarães decidiu reduzir esta dependência e diversificar as suas fontes de financiamento. Após uma reunião e uma conversa informal entre a ValeConsultores e os órgãos diretivos da IPSS em questão, foi-nos proposto elaborar uma candidatura a um fundo comunitário abrangido pelo atual Programa Portugal 2020 que permitisse obter financiamento para um projeto de ampliação do espaço expositivo e de receção aos visitantes da unidade que está ligada ao apoio á serviços culturais e património, ou seja, o Percurso Museológico.

O objetivo deste projeto era, especificamente, ampliar a área expositiva do Percurso Museológico, por forma a criar duas novas zonas para exposição do seu património histórico móvel, bem como permitir a realização de exposições temporárias que respondam à política de divulgação cultural

da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães e, ao mesmo tempo, que se enquadrem na valorização do imóvel onde se desenvolve o Percorso Museológico.

O Fundo ao qual a ValeConsultores recorreu para obter financiamento deste projeto da SCM de Guimarães corresponde ao Programa operacional previsto no Portugal 2020 - “Programa Operacional Regional do Norte”. Este programa tem a designação “Património Cultural” e foi lançado em Fevereiro de 2016 para apoiar equipamentos culturais e enriquecer a oferta turística no Norte de Portugal.

De acordo com aviso nº norte-14-2016-03<sup>1</sup> do Programa operacional Norte 2020 - Património Cultural, este fundo tem como destinatários as entidades da economia social que queiram implementar um plano de desenvolvimento e de inventariação, divulgação e animação do património e da rede de equipamentos culturais no Norte de Portugal. Além do mais, o financiamento procura apoiar a qualificação e valorização dos ativos histórico-culturais com vocação turística, contribuindo deste modo para o enriquecimento da oferta turística da Região do Norte. Em termos genéricos, espera-se que o investimento contribua para um incremento dos fluxos turísticos para a Região. Complementarmente, o objetivo específico definido para a Prioridade de Investimento no Programa Operacional, é o seguinte: “Promover a valorização da excelência do património cultural e natural no contexto de estratégias regionais distintivas de desenvolvimento turístico”.

Ainda de acordo com o mesmo aviso, este programa apresenta as seguintes características:

- (1) Tipologia de operações elegíveis para financiamento: Inventariação, divulgação e animação do património e da rede de equipamentos culturais; Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO; Modernização e dinamização de museus e de outros equipamentos culturais de divulgação do Património e de elevado interesse turístico; Apoio à realização de eventos associados ao património, à cultura e a bens culturais, com elevado impacte em termos de projeção da imagem da região, através da programação em rede a nível intermunicipal e ou regional sempre que adequado; Organização e promoção de eventos com impacte internacional; Divulgação e integração territorial, através de iniciativas de cooperação territorial e institucional

---

<sup>1</sup> AVISO Nº NORTE-14-2016-03 do Programa operacional Norte 2020 - Património Cultural, disponível em [http://norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/concursos/aviso14\\_2016\\_03.pdf](http://norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/concursos/aviso14_2016_03.pdf)

que permitam integrar a programação cultural, as visitas guiadas e a divulgação de equipamentos, bens culturais e serviços prestados; Programas de dinamização do património cultural, criação de redes de gestão de bens patrimoniais; e Capacitação dos agentes de gestão de bens culturais e naturais para a valorização económica desses mesmos bens.

- (2) Condições de atribuição do financiamento à operação: O financiamento das operações reveste a forma de subvenções não reembolsáveis.
- (3) Taxa máxima de cofinanciamento: 85%
- (4) Limites dos apoios: O custo elegível de cada candidatura não poderá exceder 2.500.000 € (dois milhões e quinhentos mil Euros) e não deverá ser inferior a 100.000 € (cem mil Euros).
- (5) Duração: prazo máximo de conclusão da operação é de 24 meses (vinte e quatro meses), contados a partir da data de assinatura do Termo de Aceitação.
- (6) Procedimentos de análise e decisão das candidaturas: as candidaturas serão apreciadas e hierarquizadas pela Autoridade de Gestão em função dos seguintes critérios de seleção: Eficiência e Sustentabilidade; Adequação à Estratégia; Eficácia; e Abordagem Integrada.

## **5.5. A candidatura**

A candidatura da operação tomou a designação de “Ampliação do espaço expositivo e receção aos visitantes do Percurso Museológico”.

Para melhor compreensão do enquadramento e caracterização geral do concurso a que a SCM de Guimarães se candidatou, a tabela 27 sintetiza algumas informações principais sobre este.

**Tabela 27 - Enquadramento e caracterização geral do Programa**

<b>Eixo Prioritário</b>	Qualidade Ambiental
<b>Objetivo Temático</b>	Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
<b>Prioridade de Investimento</b>	Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural
<b>Fundo estrutural</b>	FEDER
<b>Objetivos específicos</b>	Promover a valorização da excelência do património cultural e natural no contexto de estratégias regionais distintivas de desenvolvimento turístico.
<b>Tipologia de Intervenção</b>	A valorização do património cultural e natural passa pela implementação do seguinte tipo de ações: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorização e promoção de bens histórico-culturais públicos e de equipamentos com vocação cultural e de elevado interesse turístico;</li> <li>• Marketing territorial de espaços de elevado valor natural, cultural e paisagístico, envolvendo promoção turística dirigida ao mercado nacional;</li> <li>• Organização e promoção de eventos culturais com elevado impacto internacional em matéria de projeção da imagem da região e de incremento dos fluxos turísticos.</li> </ul>
<b>Tipologia de Ações/Operações</b>	Associadas ao Património Cultural
<b>Área geográfica de aplicação</b>	Nuts 2 -Norte
<b>Data de Abertura</b>	05/02/2016
<b>Data de Encerramento</b>	31/10/2016

*Fonte:* Elaboração Própria

O Aviso “Património Cultural” enquadra-se na Prioridade de Investimento - “Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural” - do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 (NORTE 2020) e no respetivo Objetivo Específico, “Promover a valorização da excelência do património cultural e natural no contexto de estratégias regionais distintivas de desenvolvimento turístico”.

No contexto do NORTE 2020, o apoio a investimentos no domínio do património cultural surge associado à sua valorização turística. Este programa, foca-se apoiar a qualificação e valorização dos ativos histórico-culturais com vocação turística, contribuindo para o enriquecimento da oferta turística da Região do Norte. Procura ainda também contribuir para um incremento dos fluxos turísticos para a Região, em particular o aumento do número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros e similares.

De forma sistematizada, a candidatura incluiu três diferentes ações:

- (1) Obra de reabilitação para ampliar o espaço expositivo e receção dos visitantes do Percorso Museológico.
- (2) Programação Cultural: Elaboração de uma programação cultural anual para 2017 que permitisse projetar diversas atividades utilizando as áreas do Percorso Museológico e o espólio móvel da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães. Esta programação cultural destinava-se

a valorizar e a divulgar o património histórico da instituição (integrado ao longo de 500 anos de atividade). Previa ainda a programação de exposições, e realização de uma nova edição do Festival Internacional de Órgão Ibérico, além do desenvolvimento de outro tipo de atividades, tais como conferências, palestras, seminários, encontros, bem como a divulgação cultural de todas as atividades.

- (3) Dinamização e criação de roteiros turísticos específicos: criação de dois percursos de natureza turístico-cultural que percorram as igrejas e/ou as capelas pertencentes ao património da SCM, valorizando o seu espólio móvel e imóvel, associando o seu interesse cultural à sua função religiosa.

Numa fase final, a candidatura foi avaliada e fundamentada através dos critérios de seleção definidos e aplicados pelo Norte 2020.

Resumindo a justificação e enquadramento do presente projeto, podemos dizer que:

- (1) O Percurso Museológico no Convento de Santo António dos Capuchos é um espaço museológico de carácter local e regional que promove a cidadania, permite a fruição cultural e prima pela educação e pela cultura local e nacional.
- (2) Tendo por base o “Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas Culturais” podemos também afirmar que o presente projeto de investimento contribui para os seus objetivos estratégicos, no sentido do “aumento do número esperado de visitas a sítios de património cultural e natural e a atração que beneficiam de apoio, tendo como valor-alvo o número de 600 mil visitas/ano a atingir em 2023”.
- (3) O Centro Histórico de Guimarães é das zonas da Região Norte de Portugal inscrita da Lista do Património Mundial da UNESCO. A cidade de Guimarães é também uma das áreas urbanas abrangida por servidões de património cultural. O património do Percurso Museológico é também um dos importantes recursos culturais do Norte de Portugal.
- (4) A ampliação do Percurso Museológico contribui ainda para o aumento dos bens patrimoniais móveis devido à sua riqueza e diversidade de património. Uma das dificuldades apontadas para a Região Norte é ainda a escassez de unidades com temáticas diferenciadas e da requalificação de outras. Ora, com a aprovação do presente projeto de investimento será possível, em parte, atenuar esta carência.
- (5) Existe a possibilidade de se estreitarem as relações com a Rede Portuguesa de Museus – entidade que a nível nacional certifica a ação museológica. Assim será possível oferecer ao

público um serviço de qualidade e excelência considerando os critérios e as normas da Rede Portuguesa de Museus.

- (6) O presente projeto de investimento contribui ainda para 2 princípios orientadores das atividades a apoiar: Requalificação, valorização e promoção do património material classificado, designadamente no contexto de rotas e outros itinerários que promovam a sua visitação; e Requalificação, valorização e promoção de museus e outros equipamentos culturais, valorizando o papel da Rede Portuguesa de Museus e a promoção da criação e da criatividade.

A reabilitação e valorização do património cultural está diretamente associada à promoção da cultura pelos agentes públicos e privados, que no presente projeto são diretamente promovidos pela Câmara Municipal de Guimarães e pela Santa Casa da Misericórdia de Guimarães. Alegava-se que esta promoção só seria possível com a aprovação da presente candidatura, dotando o Percorso Museológico de todas as condições e recursos técnicos necessários. E referia-se ainda que a cidade de Guimarães se enquadra num dos produtos turísticos prioritários para o Norte de Portugal.

A tabela 28 apresenta a caracterização do financiamento do projeto em análise.

**Tabela 28 - Caracterização do financiamento**

<b>Forma de Financiamento</b>	<b>Montante</b>
Custo total (1)	121 045.82 Euros
Investimento Não elegível (2)	0.00 Euros
Investimento Elegível não Comparticipado (3)	0.00 Euros
Investimento Elegível (4)	121 045.82 Euros (4=1-2-3)

*Fonte:* Elaboração Própria

O programa Património Cultural nem sempre considera que todas as despesas associadas a cada projeto façam parte dos objetivos específicos e das tipologias de intervenção, portanto nesses casos as despesas que não fazem parte dos eixos prioritários da operação e são consideradas como investimento não elegível.

No caso do projeto em análise, todas as operações que foram consideradas como despesas durante a candidatura a este programa foram estimadas como investimento elegível, tendo, portanto, a necessidade total de financiamento sido igual ao montante de investimento elegível – 121 045,82 Euros.

## 5.6. Procedimentos da candidatura: processo, indicadores de resultados, formalização, metodologia de avaliação e dificuldades enfrentadas

Embora os fundos europeus desempenhem relevante para as organizações do TS, existem constrangimentos na sua distribuição e no seu acesso, cujas causas e implicações importa analisar e perceber.

Durante o processo de candidatura são vários os critérios de elegibilidade a cumprir para que a candidatura possa ser apresentada e posteriormente avaliada pela Autoridade de Gestão do NORTE 2020 através do Balcão 2020 (<https://balcao.portugal2020.pt>).

Neste sentido, a candidatura deve primeiramente enquadrar-se nos objetivos específicos do concurso aberto e seguir a tipologia de intervenção e operação de acordo com o aviso, onde se encontra descrito todo o enquadramento e a caracterização geral da candidatura e do concurso.

Durante o processo de candidatura tivemos em atenção os indicadores de resultado e de realização a alcançar, uma vez que apesar de não fazerem parte dos critérios de elegibilidade são “pontos a favor” para que a candidatura seja posteriormente aceite. No nosso caso, tivemos de identificar na candidatura os indicadores de realização e de resultado a contratualizar, com a respetiva fundamentação de valores de referência, metas e o ano alvo (Tabela 29).

**Tabela 29 - Indicadores de resultado e de realização a alcançar**

Indicador	Tipo	Unidade	Meta	Valor Referência	Ano-Alvo
Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	Realização	Visitante s/ano	6000	2610	2018
Intervenções em património cultural (sítios e outro património cultural)	Realização	Nº	1	-	2017
Monumentos recuperados	Realização	Nº	1	-	2017
Variação do número de visitantes no equipamento intervencionado (diferença entre o número de visitantes antes e após a intervenção)	Resultado	Nº	3390	-	2018

*Fonte:* Elaboração Própria

O Procedimento de análise e decisão da candidatura é fase mais importante do concurso. As candidaturas são apreciadas e hierarquizadas pela Autoridade de Gestão em função dos seguintes critérios de seleção:

- (1) Eficiência e Sustentabilidade;
- (2) Adequação à Estratégia;



(3) Eficácia;

(4) Abordagem Integrada.

Durante o processo de decisão é utilizada pela autoridade de gestão uma metodologia de cálculo, onde as pontuações dos critérios de seleção referidos são atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 5. Ou seja, para a avaliação do Mérito da Operação (MO), e posterior hierarquização das candidaturas apresentadas, são consideradas as ponderações dos critérios de seleção apresentadas na tabela 30.

**Tabela 30 - Metodologia de Cálculo usada no processo de decisão**

<b>Património Cultural - Critérios e subcritérios</b>	<b>Ponderação (%)</b>
A. Eficiência e Sustentabilidade	35
A.1. Qualidade geral da operação.	15
A.2. Valor do imóvel a preservar, do ponto de vista cultural, histórico, científico e turístico.	15
A.3. Grau de risco e degradação do bem patrimonial (cultural) atendendo ao seu potencial de viabilidade económica e sustentabilidade.	5
B. Adequação à Estratégia	10
B.1. Contributo para os objetivos previstos nos documentos estratégicos da política territorial (nacional ou regional ou local) e setorial relevantes.	10
C. Eficácia	30
C.1. Contributo para os indicadores de resultado definidos para a Prioridade de Investimento no POR respetivo.	15
C.2. Impacto na dinamização da procura de bens naturais / culturais e na captação de fluxos turísticos.	15
D. Abordagem Integrada	25
D.1. Grau de complementaridade com outras intervenções (nomeadamente, na área da regeneração urbana ou na área de preservação e valorização do património natural e cultural) ou com ações cofinanciadas por outros instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários.	5
D.2. Existência, adequação e capacidade de parcerias estabelecidas com vista à realização da operação	5
D.3. Relevância da operação quanto à sua integração em itinerários de turismo sustentável ou em circuitos turístico-culturais	10
D.4. Contributo para a criação de novos públicos	5

*Fonte:* Elaboração Própria

Tendo em conta as ponderações atribuídas aos critérios de seleção, expressos na tabela 30, posteriormente é aplicada a seguinte fórmula que evidencia o resultado total numa escala de 1 a 5:

$$MO=0,35x(0,15x A.1+0,15x A.2+0,05x A.3)+0,10xB.1+0,3x[0,15x(C.1+C.2)]+0,25x[0,05x D.1+D.2+D.4]+0,10 xD.3]$$

Apenas são consideradas as operações que obtenham uma pontuação final (MO) igual ou superior a 3, e para efeitos de aprovação. Em caso de igualdade da pontuação final, as candidaturas são ordenadas pela maior pontuação obtida no critério D (abordagem integrada).

Dada esta excessiva burocracia e complexidade na formulação de uma candidatura aos fundos provenientes da União Europeia, podemos dizer que participar num concurso público deste género não é fácil.

Os concursos têm uma estrutura muito abrangente, quer ao nível dos países e tipos de instituições elegíveis, quer ao nível do tipo de apoios que são prestados e de projetos cofinanciados.

Neste sentido, justifica-se uma elevada articulação na definição dos objetivos e das estratégias associadas a cada programa, das áreas prioritárias de cada estado-membro e dos montantes que podem ser afetados.

Portanto, embora seja compreensível a necessidade de existir um modelo de procedimentos único, com critérios únicos e que uniformize o acesso aos fundos europeus por parte de cada estado-membro, os fundos europeus são muitas vezes percebidos como tendo uma dimensão algo inacessível à maioria das empresas lucrativas e não lucrativas, devido à complexidade da sua estrutura e linguagem e à sua elevada burocratização.

Em muitos dos casos, o acesso aos fundos comunitários é encarado pelas empresas como um processo trabalhoso, que é condicionado por uma série de constrangimentos que são justificados usualmente pelo facto de organizações (sejam elas do setor lucrativo ou não) não possuírem recursos humanos preparados e qualificados para preparar a candidatura. Quando isso acontece, a organização tem de recorrer a voluntários que tratem do processo de candidatura, ou têm de contratar uma empresa para o fazer. No entanto, para fazerem essa contratação, as organizações têm de possuir recursos financeiros que possam a afetar a essa despesa. O investimento necessário para contratar uma empresa especializada que elabore as candidaturas é um custo afundado, não havendo garantia de que o projeto seja financiado.

Apesar de os fundos ao dispor das organizações do Terceiro Sector, serem menos complexos e mais flexíveis, a elevada complexidade do processo de candidatura a estes fundos levou a que a SCM de Guimarães decidisse contratar os serviços de uma consultora para elaborar a candidatura.

## **5.7. Plano financeiro das despesas elegíveis**

Nesta secção apresentamos em tabelas a indicação do plano financeiro relativo ao total das despesas do projeto que são elegíveis.

Através do plano financeiro é possível identificar quanto financiamento é necessário para dar continuidade às operações elegíveis no programa e através de que fundos as operações serão financiadas

A candidatura ao fundo – Património Cultural Norte - Programa Operacional Regional do Norte, assegura o financiamento as seguintes despesas:

- (1) Obras de reabilitação para ampliar o espaço expositivo e receção aos visitantes do Percorso Museológico;
- (2) Programação Cultural;
- (3) Dinamização e criação de roteiros turísticos específicos.

**Tabela 31 - Orçamento Global da operação (Investimento por componente e em Euros)**

Designação	Despesas			Solicitado		
	Taxa IVA	Elegíveis/IVA	Total	Elegível c/IVA	Elegível não participado	Não elegível
Obras de construção civil	23%	114.045,82	140.276,36	140.276,36	-	-
Estudos, pareceres, projetos e consultoria	23%	7.000,00	8.610,00	8.610,00	-	-
<b>Total</b>	-	121.045,82	148.886,36	148.886,36	0,00	0,00

*Fonte:* Elaboração Própria

Como podemos observar na tabela 31, apuramos um montante global de investimento elegível sem IVA de 121 045.82 euros, dos quais cerca de 94% destina-se à primeira despesa elegível - obras de construção civil, obras essas que se destinam a reabilitação e ampliação do espaço expositivo e receção aos visitantes do percurso museológico.

Os restantes 6% abrangem as outras duas despesas elegíveis, sendo elas a programação cultural e a dinamização e criação de roteiros turísticos específicos. Essas despesas tomaram a designação geral de “estudos, pareceres, projetos e consultoria”.

Relativamente ao financiamento do investimento elegível, a tabela 32 evidencia as fontes utilizadas.

Tabela 32 - Cálculo do investimento por ano e por fonte de financiamento (em Euros)

Ano	Investimento Elegível (IE)						Não elegível	Investimento Total	Taxa FEDER %
	IE TOTAL	FEDER	Orçamento do Estado	Adminis. Local	Empresas Públicas	Outros (Pub ou priv s/ fins luc)			
2015	0,00							0,00	
2016	0,00							0,00	
2017 <sup>2</sup>	121.045,82	102.891,50				18.154,32		121.045,82	
2018	0,00							0,00	
2019	0,00							0,00	
2020	0,00							0,00	
<b>Total</b>	121.045,82	102.891,50	0,00	0,00	0,00	18.154,32		121.045,82	85

Fonte: Elaboração Própria

Tal como nos é dado observar, espera-se que cerca de 84,3% do investimento total elegível seja financiado pelo FEDER. Esta percentagem de comparticipação está muito próxima da taxa máxima de financiamento do FEDER, que é de 85%. Os restantes 15,7% dos investimentos estão associados e são financiados por “Outros apoios sem fins lucrativos”.

No que respeita às receitas que se esperava obter, pode-se dizer que esse assunto nunca foi trabalhado durante o processo de candidatura ou até mesmo durante o período do estágio. Embora a sustentabilidade financeira do projeto fosse um ponto fulcral a trabalhar, a SCM de Guimarães não se mostrou interessada no assunto, apenas preocupada com o processo de candidatura.

Apesar de não estar explícito em nenhum documento que o investimento neste projeto acarretaria mais valias para a organização, o certo é que se esperava um aumento do nº de visitantes do percurso museológico. Visto que são cobrados bilhetes para a entrada, surgiria deste modo uma nova fonte de rendimento para a SCM de Guimarães.

<sup>2</sup> A candidatura apesar de ter sido elaborada no ano de 2016, o desbloqueamento do capital associado só será em 2017.

## 6. SÍNTESE DOS RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Com esta reflexão pretendemos sistematizar as conclusões que fomos tirando ao longo do estudo de caso.

O caso estudado é uma organização sem fins lucrativos prestadora de serviços sociais, localizada na região norte de Portugal – Guimarães.

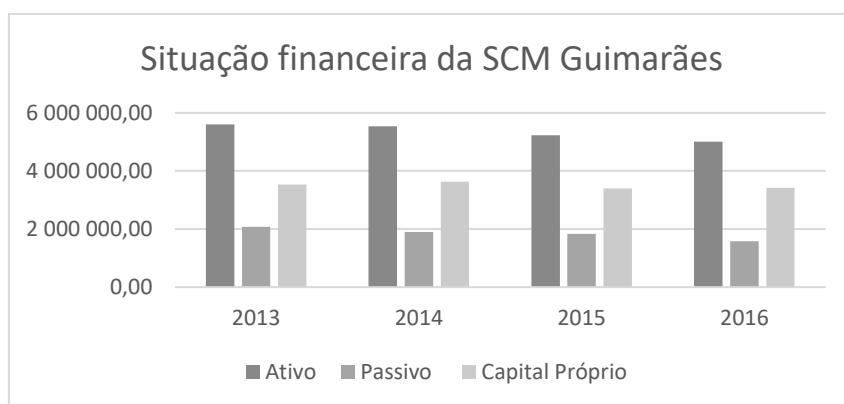
Focamos o nosso estudo na análise económica e financeira da organização, pois torna-se uma ferramenta importante para discutir os resultados obtidos e deste modo avaliar a situação da entidade no campo económico e financeiro aquando ao processo de candidatura.

Através da interpretação do balanço patrimonial e balanço funcional foi possível obter uma visão das aplicações e das origens de fundos e obter os valores do fundo de maneio e necessidades sentidas nos anos em estudo.

Com base na análise económica e financeira da instituição, podemos dizer que a SCM de Guimarães não se apresenta como uma organização com fraquezas sérias no que diz respeito à sua saúde financeira e, muito menos, numa posição de escassez de recursos financeiros. Ou seja, apesar da crise verificada em Portugal, a entidade foi afetada, sim, mas não de forma a registar uma deterioração significativa da sua situação económica e financeira.

Para melhor compreensão do que nos referimos, a figura 8 assinala esses mesmos resultados.

**Figura 8 - Situação financeira da SCM de Guimarães, em Euros**



*Fonte:* Elaboração Própria

Analisando a figura 8, podemos dizer que a situação financeira da instituição ao longo do período de análise sofreu algumas alterações, embora mínimas.

Os resultados financeiros indicam que a SCM de Guimarães tem registado resultados do exercício positivos, o que demonstra o esforço de gestão da organização para controlar e otimizar procedimentos a todos os níveis funcionais.

Em 2016, ano em que a IPSS decidiu candidatar-se à ajuda comunitária, podemos dizer que o seu ativo ultrapassava um pouco os 5 000 000.00 euros e apresentava um passivo próximo de 2 000 000.00 euros. Portanto, a entidade apresentava uma situação de capacidade financeira para fazer face às suas obrigações.

Tendo por base os valores expressos na figura 8 podemos dizer que ao longo dos anos a SCM de Guimarães diminuiu significativamente os seus direitos (ativo) e foram diminuindo também as suas obrigações (passivo). Contudo, apesar dessas diminuições, foi possível à organização manter sempre capacidade financeira ao longo do período de análise para fazer face às suas necessidades, despesas e investimentos.

A análise evidencia ainda que a SCM de Guimarães, ao longo dos últimos anos, tem vindo a reduzir a sua dependência do Estado no que se refere à obtenção de financiamento. O mesmo acontece com o recurso a instituições bancárias, apesar de a organização durante o período de análise ainda estar a pagar um empréstimo e os juros relacionados com mesmo. Assim, foi notória, a tendência para aumentar a sua autonomia em relação às fontes de rendimento, aumentando a prestação de serviços para obtenção de receitas próprias.

No entanto, ao longo do projeto foi possível verificar que a instituição em estudo não apresentava estratégias de autossustentabilidade ou novas respostas e fontes de financiamento que ajudassem a equilibrar a gestão orçamental, o que é tão importante no contexto de crise económica.

Assim, uma forma de promover a sustentabilidade desta instituição poderia passar por aumentar e diversificar as fontes de financiamento na área de angariação de fundos, gestão dos recursos, marketing das instituições e novos serviços, para reduzir a dependência dos subsídios do estado.

No entanto, de um modo geral podemos dizer que a crise sentida em Portugal nos últimos anos fez-se sentir na maior parte das organizações e entidades, e a SCM de Guimarães não foi exceção. Deste modo, esta entidade viu-se “obrigada” a apostar na diversificação das suas atividades, para tentar colmatar as dificuldades inerentes.

Neste sentido, a SCM de Guimarães tinha em mente um novo projeto que de certa forma era inovador, acarretava obtenção de receitas e era socialmente ativo. Esse novo projeto estava associado à criação de um novo percurso museológico na cidade, e foi entendido pela SCM de Guimarães como uma nova fonte de receita a longo prazo.

No entanto, a organização apesar de se encontrar numa posição económica e financeira favorável não era capaz de suportar as despesas iniciais deste novo projeto, pelo que decidiu recorrer aos fundos europeus.

Na tabela 33 encontra-se de uma forma sistematizada o estudo que serviu de suporte de trabalho e objeto de estudo durante o período de estágio – a candidatura da SCM de Guimarães aos fundos comunitários.

**Tabela 33 - Sinopse do projeto estudado**

<b>Base de financiamento</b>	<b>Estudo de Caso/Instituição</b>	<b>Projeto</b>	<b>Fonte de financiamento</b>	<b>Montante financiado</b>
Público e Comunitário	Santa Casa da Misericórdia de Guimarães	Ampliação do espaço expositivo e receção aos visitantes do Percurso Museológico	Património Cultural Norte-Programa Operacional Regional do Norte	121.045,82 Euros

*Fonte:* Elaboração própria

Com a ajuda comunitária da União Europeia à SCM de Guimarães objetivavam-se alterações positivas na organização desde o seu património, situação financeira e objetivo social.

A instituição seria financiada a fundo perdido com uma taxa máxima de 85% pelo FEDER, com a finalidade de se realizarem obras de construção civil e elaborar estudos e projetos de melhoria que favorecessem o espaço expositivo e receção aos visitantes do Percurso Museológico, assim como a programação Cultural e aumento da dinamização e criação de roteiros turísticos específicos.

Foi estabelecido para financiamento um montante financiado de 121 045.82 Euros.

Além de se esperar resultados melhorados não só para a situação financeira da instituição social, esperava-se também resultados acrescidos para o próprio percurso museológico, visto que se pretendia aumentar o número esperado de visitantes.

Assim, de forma sumária, a perspetiva do cliente era composta por indicadores positivos, relativos ao mercado e clientes, e os objetivos eram essencialmente os de conquistar novos visitantes, fidelizar os presentes e satisfazer o sector social com a obtenção de uma nova fonte de receita.

No entanto, após o lançamento dos resultados da candidatura, o feito objetivado não foi atingido: a candidatura ao fundo comunitário não foi aceite.

O certo é que durante o meu período de estágio na ValeConsultores, pude confirmar a dimensão de uma candidatura aos fundos comunitários. Consultei dossiês de candidatura e apercebi-me do elevado número de documentos que são necessários.

A compreensão do que considerar como custos elegíveis mostrou-se um trabalho complicado, durante a candidatura, o que contribuiu para que o processo se tornasse também ainda mais difícil.

Pode confirmar também que a linguagem utilizada na formalização da candidatura tem uma influência surpreendente na probabilidade de a mesma ser aprovada. Existe um glossário específico, que é muito útil, mas muito difícil de utilizar pelas entidades ainda inexperientes na apresentação de candidaturas não adaptadas às expressões mais “apreciadas” pelos júris.

Durante os 6 meses de estágio, tive a oportunidade de ter algum acompanhamento, designadamente na receção dos resultados e análise das entidades e projetos vencedores, e nem sempre tal como se verifica na presente situação, os resultados esperados eram os mais desejados.

No caso da ValeConsultores, a situação, apesar de difícil era bem composta, na medida em que a empresa tinha uma estrutura técnica bem montada para fazer face aquando às exigências das candidaturas. O departamento responsável pelos fundos comunitários, aquele na qual realizei o estágio curricular, é constituído por um técnico que se dedicava exclusivamente a essas tarefas, desempenhando um trabalho de pesquisa constante, de esforço, de forma a se manter atualizado e a par das oportunidades de financiamento, e mantendo contacto permanente com as entidades financiadoras.

Quando o meu período de estágio chegou ao fim, ainda não tinha conhecimento acerca dos resultados da candidatura, portanto, no que corresponde às razões concretas para a não aprovação da candidatura, após uma conversa informal com a ValeConsultores, tive conhecimento de que, apesar de a candidatura ter todas as condições reunidas para ser aprovada, obtendo inclusive o parecer positivo por parte do júri, faltou um documento assinado pela Câmara Municipal que a SCM de Guimarães não entregou. Dado que a decisão final pertence a Autoridade de Gestão,



esta veio a ser rejeitada. Este desfecho é bem elucidativo da importância atribuída aos requisitos formais.

Conclui-se que a existência dos fundos comunitários é efetivamente percebida como uma alternativa a considerar no que se refere à obtenção de receitas. No entanto, o processo de acesso demonstra-se ser demasiado burocrático e trabalhoso, podendo constituir uma barreira efetiva ao acesso a estes fundos, se tivermos em conta a natureza de muitas das instituições que operam no TS.

Neste sentido a SCM de Guimarães apesar de contratar de uma empresa especializada para trabalhar no processo de candidatura – a ValeConsultores – não conseguiu obter os resultados esperados. Deste modo, podemos afirmar que apesar de todo o esforço do serviço prestado e dedicação no acompanhamento da necessidade de obtenção de uma nova fonte de receita da SCM de Guimarães pela ValeConsultores, o seu contributo não foi o mais desejado face as necessidades financeiras da instituição.

Apesar de a atuação da ValeConsultores não ter contribuído decisivamente para dar resposta às necessidades de financiamento da SCM de Guimarães e futuramente melhorar o desempenho da mesma, é importante salientar que os estudos elaborados pela ValeConsultores para a SCM de Guimarães podem ser importantes instrumentos de gestão. Nessa medida, o custo suportado pela SCM de Guimarães não corresponderá a uma perda pura.



## CONCLUSÃO

O presente relatório é produto de um estágio de seis meses na empresa ValeConsultores. Este estágio permitiu-me ter um primeiro contacto com o mundo do trabalho e aplicar os conhecimentos que adquiri durante o meu percurso académico. Permitiu-me ter um conhecimento sobre a dinâmica do serviço de consultoria e quais as atividades que se desenvolvem no mesmo e os problemas com que estas equipas se defrontam diariamente, já que os recursos são cada vez mais escassos e as necessidades das IPSS são cada vez maiores e mais complexas para darem resposta às novas situações com que se deparam.

A partir dos dados que pude recolher durante o meu período de estágio permitiu-me chegar a várias conclusões.

Em primeiro lugar, com este estudo, pude verificar que a economia social tem vindo a assumir uma importância crescente, como uma forma de serviço à comunidade, assente em princípios que a distinguem quer do mercado quer do Estado.

Contudo, numa época marcada pela escassez de recursos esta vê-se confrontada com o desafio da sustentabilidade nas suas diferentes variantes, entre as quais se destaca a preocupação com os recursos financeiros.

Desta forma, o financiamento constitui um problema central da gestão empresarial e, no caso das entidades pertencentes ao Terceiro Sector, adquire contornos diferentes e especiais.

O financiamento das entidades sociais é um tema, não apenas incontornável para a sua sobrevivência, como também complexo. Além do mais, tem ganho uma acrescida importância nas últimas décadas, por via das mudanças que têm pressionado este tipo de entidades a aumentarem os seus financiamentos próprios e, recentemente, sobretudo no caso português, a criação de cenários de diminuição dos financiamentos públicos. As organizações do Terceiro Sector enfrentam ainda também dificuldades no financiamento privado, por via da crise financeira dos últimos anos.

Com o presente estudo esclarecemos ainda também que a entrada de Portugal na UE teve efeitos positivos em termos de modernização da economia portuguesa. Esses resultados positivos foram destacados nomeadamente e essencialmente pelo apoio financeiro proveniente de incentivos cofinanciados pelos fundos estruturais. Através dele foram criados múltiplos mecanismos no

sentido de impulsionar e dinamizar as empresas e a economia portuguesa. Foram visíveis os resultados em investimentos com infraestruturas, ferrovias, rodovias, portos, telecomunicações, energia, ciência e tecnologia, educação e formação.

Assim em face do problema da escassez de recursos por parte das organizações sociais para se manterem ativas, uma questão pertinente que foi objeto de estudo deste relatório foi: que fontes alternativas de financiamento podem ser potenciadas pelo Terceiro Sector?

Uma das respostas alternativas possíveis e explorada neste Relatório foi o recurso a fundos comunitários provenientes pelo último e atual quadro comunitário – o programa Portugal 2020.

Portanto, focando-se na questão do financiamento das organizações do setor da economia social, este estudo permitiu essencialmente explorar o recurso destas organizações aos fundos europeus.

Com base no caso prático estudado, através do qual se pretendeu analisar o contributo dos fundos comunitários na SCM de Guimarães, ficou demonstrado que atualmente a instituição ainda mantém a estrutura de financiamento tradicional (capital público, doações de particulares e fundos comunitários correspondente ao capital próprio e financiamento por dívida junto das instituições bancárias), sendo que a aposta em novas formas de financiamento se mostra de enorme importância para a sobrevivência destas organizações, numa altura em que o financiamento estatal tem vindo a diminuir. Apesar de promissor, o recurso a fundos comunitários para financiar um projeto que apresentava uma mais-valia para a organização e para a região não obteve o resultado esperado.

Este desfecho ilustra bem as dificuldades enfrentadas pelas organizações do TS no acesso a esta fonte de financiamento. A SCM de Guimarães mobilizou recursos e esforços no sentido de beneficiar dos apoios europeus. Confrontada com o facto de não dispor de recursos qualificados para elaborar a candidatura, contratou os serviços de uma empresa privada reputada para o fazer. A falta de um requisito formal ditou a não aprovação da candidatura, apesar de lhe ser reconhecido mérito.

Espera-se que este relatório de estágio contribua para uma melhor perceção do impacto dos fundos comunitários no desenvolvimento de uma empresa social e que permita essencialmente “trazer à mesa” uma discussão exploratória acerca das dificuldades do processo de elaboração da candidatura a estes apoios financeiros.

Esta investigação, embora se focalize nos apoios europeus em geral e nas dificuldades identificadas no acesso a estes fundos, apresenta algumas limitações. Ressalva-se como limitação do estudo, o facto de este se focar numa única organização, o que não nos permitirá, naturalmente, efetuar generalizações dos resultados apresentados.

Assim, em conformidade com uma proposta para investigação futura, sugere-se a extensão deste estudo a outras instituições ou diferentes organizações sem fins lucrativos, de forma a conseguir uma imagem mais abrangente da importância desta nova forma de financiamento e verificar mais aprofundadamente a abrangência das restrições e dificuldades no acesso e todo o processo de candidatura aos fundos europeus.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agência para o desenvolvimento e Coesão, I. (s.d.). *Portugal 2020: Objetivos, Desafios e Operacionalização*.
- Akbar, S., ur Rehman, S., & Ormrod, P. (2013). The impact of recent financial shocks on the financing and investment policies of UK private firms. *International Review of Financial Analysis*, 59-70.
- Amador, C. (2013). *Sustentabilidade Financeira das Organizações da Economia Social: novas soluções socialmente inovadoras em época de crise*. Coimbra: FEUC.
- Assunção, B. M. (2013). *A importância dos Fundos Estruturais no Desenvolvimento Empresarial Português: Uma visão prática a partir do IAPMEI*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Barros, A. P. (2015). *Práticas de gestão em organizações sem fins lucrativos (OSFL)- o caso das mutualidades*. Porto: Universidade Lusófona do Porto.
- Benbasat, I., Goldstein, D., & Mead, M. (1987). *The case research strategy in studies of information systems*. *Mis quarterly*.
- Beuren, I. (2008). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- Caldas, J. C. (2013). O impacto das Medidas Anti-crise e a Situação Social e de Emprego Portugal. *Publicações do Comité Económico e Social Europeu*. Obtido de <http://www.eesc.europa.eu/resources/docs/qe-31-12-351-pt-c.pdf>
- Caramelo, M. D. (2013). *Impacto da crise nas IPSS do Distrito de Coimbra*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Carmo, M. S. (2013). *Indicadores Económico-Financeiros: O caso da indústria alimentar*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- CASES . (2016). *Conta Satélite da Economia Social: 2010*. Instituto Nacional de Estatística e Cooperativa António S.
- Cheng, M. (2012). Financing social entrepreneurs. *Guardian Professional Network*. Obtido de <http://www.theguardian.com/sustainable-business/social-entrepreneurs-corporatesfinance-collaboration>
- Comte, A. (1988). *Curso de Filosofia positiva*. São Paulo: Nova Cultural.
- Das Neves, J. C. (2006). *Análise Financeira: Técnicas Fundamentais*. Portugal Textos Editora, Lda.
- Dias, S. D. (2015). *Economia Social- o papel da Santa Cara da Misericórdia no Barreiro no Desenvolvimento do Concelho como geradora de emprego. Formas de Financiamento desta IPSS*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Dias, T., & Abreu, M. (2012). A crise da dívida soberana portuguesa lida através dos spreads dos CDS da dívida portuguesa relativamente aos CDS da dívida alemã. Lisboa: ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão / Lisbon School of Economics & Management.
- Durkheim, E. (1987). *As regras do método sociológico* (13 ed.). São Paulo: Editora Nacional.

- Fachin, O. (2006). *Fundamentos de metodologia* (5 ed.). São Paulo: Saraiva.
- Falconer, A. P. (1999). A Promessa do Terceiro Setor: Um Estudo sobre a Construção do Papel das Organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. *Centro de estudos em Administração do Terceiro Setor*.
- Ferreira, M. M., & Carmo, H. (1998). *Metodologia da Investigação-Guia para Autoaprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Franco, R. C., Sokolowski, S. W., Hairel, E. M., & Salamon, L. M. (2005). O sector não lucrativo português numa perspectiva comparada. Lisboa: Lisboa: Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa/Johns Hopkins University.
- Gehardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). Métodos de pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: UFRGS.
- Glazier, J. D., & Powell, R. R. (1992). *Qualitative research in information management*. Englewood: Libraries Unlimited, Inc.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de empresas*, 20-29.
- Guimarães, A. C. (2010). *Donativos: Possibilidades e limitações na gestão das organizações sociais*. Lisboa: ISCTE.
- Halinen, A., & Tornroos, J. (2005). *Using case methods in the study of contemporary business networks*. Journal of Business Research.
- Harding, R., & Cowling, M. (2006). *Social entrepreneurship monitor*. London: Global Entrepreneurship Monitor.
- Hebb, T., Wortsman, A., Mendell, M., Neamtan, N., & Rouzier, R. (August de 2006). Financing social economy enterprises. Carleton Centre for Community Innovation: Canada.
- Hodge, M. M., & Piccolo, R. (2005). *Funding Source, Board Involvement Techniques, and Financial Vulnerability in Nonprofit Organizations – a Test of Resource Dependence*. Nonprofit Management and Leadership.
- Iyer, R., Peydró, J. L., da Rocha Lopes, S., & Schoar, A. (2014). Interbank liquidity crunch and the firm credit crunch: Evidence from the 2007–2009 crisis. *Review of Financial studies*, 347-372.
- Jacques, F. V., Lucas, L. O., Quintana, A. C., & Machado, D. P. (2014). Formas de Financiamento do Terceiro Setor. *Sinergia*, 1-14.
- Karaphillis, G., Asimakos, S., & Moore, S. (2010). Financing social economy organizations. Canada: Canadian Social Economy Research Partnerships.
- Lucas, F. A. (2014). *Formas de financiamento de Organizações sem fins lucrativos: o caso da Fundação de Serralves. O afirmar de novas fontes de financimanto*. Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- Magnus, C. d. (2007). *Controle interno financeiro de uma entidade sem fins lucrativos*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.



- Martins, G. A., & Théophilo, C. R. (2009). *Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas*. São Paulo: Atlas.
- Matijascic, M., Acioly, L., Chernavsky, E., Piñon, M., & Leão, R. (2009). Diagnóstico do Cenário Internacional e Desdobramentos da Crise Atual a Curto e Médio Prazos. *Brasil em Desenvolvimento (BD) - Capítulos*.
- Monteiro, C., & Almeida, F. (2010). *Análise de Balanços e Estudos de Indicadores Económicos com Base nos Modelos SNC*. Ação de formação da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.
- Monteiro, C., & Almeida, F. (2010). *Análise de Balanços e Estudos de Indicadores Económicos com Base nos Modelos SNC*. Ação de Formação da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.
- Namorado, R. (2007). *Os quadros jurídicos de economia social-uma introdução ao caso português*. Coimbra: Faculdade de economia da Universidade de Coimbra e Centros de Estudos Sociais.
- Neto, D. M. (2010). 1929: A grande crise. *Revista Científica FacMais, Volume. II*, 153-158.
- Oreiro, J. L., & Económico, J. V. (2011). Origem, causas e impacto da crise. *Valor Económico*.
- Paes, J. S. (2006). *Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários*. Brasília: Brasília Jurídica.
- Patton, M. Q. (1980). *Qualitative evaluation methods*. Sage.
- Pereira, L. C. (2010). A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? *Novos Estudos-CEBRAP*, 51-72.
- Pereira, T. R. (2013). *As novas formas de capital nas organizações sem fins lucrativos-um estudo de caso na Delegação de Fafe da Cruz Vermelha Portuguesa*. Braga: Universidade do Minho: Escola de Economia e Gestão.
- Quintão, C. (2004). Terceiro Sector—elementos para referenciação teórica e conceptual. *In V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção.*, 10-14.
- Santos, A. F. (2015). *Análise da viabilidade económica-financeira de uma IPSS: Fundação Nossa Senhora da Guia em Avelar*. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.
- Santos, L. (5 de Agosto de 2013). *O papel e a sustentabilidade das IPSS no contexto actual de crise*. Obtido de Notícias de Coimbra: <https://www.noticiasdecoimbra.pt>
- Santos, M. M. (Setembro de 2013). O impacto económico dos fundos comunitários no processo de convergência em Portugal. Leiria: Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria.
- Silva, C. E. (25 a 29 de Setembro de 2010). Terceiro Setor Brasileiro: Em Busca de um Quadro de Referência. Rio de Janeiro: EnANPAD.
- Silva, C. M. (Setembro de 2015). O impacto Económico dos apoios comunitários num projeto de investimento: Estudo de um caso real. Porto: Faculdade de Economia do Porto.

- Silva, F. A. (2011). A crise financeira de 2007-2009 nas Empresas Não financeiras do PSI-20 e do IBEX-35- Dinâmica de indicadores e o impacto na Tecnologia. Dissertação do Mestrado em Engenharia e Gestão Industrial: Universidade Técnica de Lisboa.
- Soares, A. C. (2012). *A propósito do financiamento público à cultura em Portugal: O caso dos Fundos Comunitários e das instituições culturais*. Porto: Faculdade de Economia:Universidade do Porto.
- Sobreiro, V. A. (2009). Sou tudo e não sou nada: as funções de director técnico nos organismos de apoio social a crianças e idosos no concelho de Caldas da Rainha. Doctoral dissertation: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Sobreiro, V. L. (2011). *Sou tudo e não sou nada*. Lisboa: Universidade Tecnica de Lisboa.
- Teixeira, F. C. (2014). *Financiamento e Desempenho Organizacional- estudos de caso em ONGD Portuguesas*. Porto: Escola Superior de Tecnologia e gestão- Politécnico do Porto.
- Tuckman, H. P., & Chang, C. F. (1991). A methodology for measuring the financial vulnerability of charitable nonprofit organizations. *Nonprofit and voluntary sector quarterly*, 445-460.
- Veiga, L. G. (2010). *Determinants of the assignment of EU funds to Portuguese municipalities*. Braga: Universidade do Minho. Núcleo de Investigação em Políticas Económicas.
- Wuttunee, W., Chicilo, M., Rothoney, R., & Gray, L. (2008). *Financing Social Enterprise - An Enterprise Perspective*. Northern Ontario, Canada : Linking, Learning, Leveraging Social Enterprises, Knowledgeable Economies, and Sustainable Communities.
- Yin, R. (1994). *Case Study Research, Applied Social Research Methods Series*. (2ª Ed ed.). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.
- Yin, R. (2003). *Case study research: Design and Methods*. London: S. Publications, Ed.

#### Sites e Base de dados Consultados:

- UE – [http://europa.eu/index\\_pt.htm](http://europa.eu/index_pt.htm) - acedido em 17 de Janeiro de 2017
- QREN – [www.qren.pt](http://www.qren.pt) acedido em 18 de Janeiro de 2017
- Portugal 2020 – [www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt) acedido em 18 de Janeiro de 2017
- SCM de Guimarães – [www.scmguimaraes.com](http://www.scmguimaraes.com) – acedido em 17 de Julho de 2017
- Base de dados *Amadeus* – acedido em 22 de Setembro de 2017

## ANEXOS

Anexo I - Balanço Patrimonial da SCM de Guimarães pronto para Análise

Rubricas	2013	2014	2015	2016
1. Ativo Fixo Líquido	5011608,77	4818842,83	4849788,1	4632090,61
2. Ativo Exp. Líquido	4335993,45	4199177,9	4342663,64	4163544,17
3. Outros AFL	675615,32	619664,93	507124,46	468546,44
4. Capital Circundante	595326,32	718661,1	383238,85	379317,81
5. Inventários	1066,41	3073,19	286,91	145,8
6. Realizável CP	277108,63	337622,92	346818,69	305493,24
7. Meios Finan. Líquidos	317151,28	377964,99	36133,25	58866,4
8. Total Aplicações	5606935,09	5537503,93	5233026,95	5011408,42
9. Capital permanente	4651040,08	4636303,21	4076128,91	3997474,18
10. Fundos Patrimoniais	3527316,39	3631946,22	3401161,38	3426078,15
11. Exigível MLP	1123723,69	1004356,99	674967,53	571396,03
12. Exigível CP	955895,01	901200,72	1156898,04	1013934,24
13. CA totais	2079618,7	1905557,71	1831865,57	1585330,27
14. Total Orig.	5606935,09	5537503,93	5233026,95	5011408,42
15. FMLP	-360568,69	-182539,62	-773659,19	-634616,43

Anexo II - Balanço Funcional da SCM de Guimarães pronto para Análise

Rubricas	2013	2014	2015	2016
1. Recursos Estáv.	4651040,08	4636303,21	4076128,91	3997474,18
2. Ativo Exp Líquido	4335993,45	4199177,9	4342663,64	4163544,17
3. FMLF	-360568,69	-182539,62	-773659,19	-634616,43
4. Necessidades Cíclicas	254045,25	295361,34	319185,45	262540,96
5. Recursos Cíclicos	405212,06	314630,32	486993,15	439137,1
6. Necessidade FM	-151166,81	-19268,98	-167807,7	-176596,14
7. Tesouraria Ativa	341281,07	423299,76	64053,4	101964,48
8. Tesouraria Passiva	898020,25	821721,21	1073863,09	996537
9. Tesouraria Líquida	-556739,18	-398421,45	-1009809,69	-894572,52

Anexo III - Cálculo dos indicadores e rácios: de liquidez, Equilíbrio Financeiro, Rentabilidade e Risco Financeiro

Indicadores	2013	2014	2015	2016
Fundo maneiro liquido	-360568,69	-182539,62	-773659,19	-634616,43
Necessidades de FM	-151166,81	-19268,98	-167807,7	-176596,14
Tesouraria liquida	-556739,18	-398421,45	-1009809,69	-894572,52
<b>Indicadores de Liquidez</b>				
Liquidez geral	0,6227947	0,7974484	0,3312642	0,3741049
Liquidez reduzida	0,6216791	0,7940383	0,3310162	0,3739611
Liquidez imediata	0,3317846	0,4194016	0,0312329	0,0580574
<b>Rácios de Equilíbrio Financeiro</b>				
Estrutura do Passivo	0,8506495	0,8972912	1,7140055	1,7744860
Autonomia Financeira	0,7038292	0,7536968	0,7013010	0,7396397
Solvabilidade	2,2364869	2,4330427	2,2251245	2,5215403
Endividamento	0,3709012	0,3441185	0,3500585	0,3163443
<b>Indicadores de Rentabilidade</b>				
ROA	0,0381080	0,0332314	-0,0472089	0,0204740
ROE	0,0523432	0,0437341	-0,0777089	0,0263394
<b>Indicadores de Risco Financeiro</b>				
GAO	10,0291177	10,9036800	-8,6352293	22,4695844
GAF	1,1572758	1,1585179	0,9347139	1,1369958
GAC	11,6064554	12,6321086	-8,0714689	25,5478221

Anexo IV - Dados extraídos para ajuda do cálculo dos indicadores e rácios

	2013	2014	2015	2016
Clientes	231469,46	287654,6	279996,07	244242,05
Adiantamento a fornecedores	19050	0	0	0
EOEP	2459,38	4633,55	38902,47	18153,11

	2013	2014	2015	2016
Fornecedores	347337,3	235150,81	403958,2	337965,57
Iva a Pagar	0	0	0	0
Adiantamento a clientes	8633,45	7490,71	6956,54	6956,54
EOEP	49241,31	71988,8	76078,41	94214,99

	2013	2014	2015	2016
Outras contas a receber	19359,25	26376,42	9308,16	9308,16
Diferimentos	254,66	13663,07	13177,72	28355,65
Outros ativos financeiros	4515,88	5295,28	5434,27	5434,27
Outros	0	0	0	0
Caixa de dep.Bancários	317151,28	377964,99	36133,25	58866,4

	2013	2014	2015	2016
Outras contas a pagar	405752,95	468587,9	540857,13	540857,13
Financiamentos obtidos	144930	117982,5	128190,6	117000
Diferimentos	0	0	857,16	714,3
Fornecedores de Imobilização	347337,3	235150,81	403958,2	337965,57
Provisões	0	0	0	0

	2013	2014	2015	2016
Resultado operacional	213669,05	184018,88	-247045,27	102603,35
Resultado líquido do período	184631,05	158839,91	-264300,41	90240,75
Margem bruta	2142912,05	2006482,99	2133292,55	2305454,63
Resultado antes de imposto	184631,05	158839,91	-264300,41	90240,75
Venda e serviços prestados	2621549,04	2354432,54	2238744,77	2332013,07
Custo das mercad. Vendi. E MP	478636,99	347949,55	105452,22	26558,44

